BRASIL KIRIN

Brasil Kirin Holding S.A.

CNPJ nº 08.265.794/0001-27

Relatório da Administração

A Administração da Brasil Kirin, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2016, acompanhada do parecer dos Auditores Independentes, assim como de um sumário das principais atividades do Grupo ao longo do ano. Os comentários aqui apresentados são relativos aos resultados consolidados e refletem a estrutura societária da Brasil Kirin para o período encerrado na data previamente mencionada.

Mensagem dos Administradores

Compartilhamos os resultados da operação da Brasil Kirin em 2016. Diante de um cenário econômico desafiador e da retração do mercado de bebidas, a Brasil Kirin encerrou o ano com conquistas expressivas. Revertemos o prejuízo de quase R$ 1 bilhão de 2015 em um lucro líquido de R$ 271 milhões. Enquanto o mercado registrou queda de 4,8% na produção de cervejas e 9,0% em refrigerantes, segundo a Nielsen, a Brasil Kirin cresceu 1,3% em cervejas e 7,4% em refrigerantes. Isso foi possível por meio de estratégias que focaram em iniciativas de crescimento no mercado, melhoria de custos e eficiência operacional, tendo como principais desafios:

• **Crescimento Rentável:** Através da estratégia de marcas com foco regional gerando maior eficiência dos investimentos e "premiunização" do portfólio com crescimento das marcas Eisenbahn, Baden e Devassa.

• **Tornar a Companhia mais eficiente em custos e despesas:** Para isso, implantamos um projeto de melhorias de custos de R$200 milhões. Através das iniciativas deste projeto nas áreas industriais, logística e administrativas, alcançamos uma economia superior a R$ 83 milhões à meta inicialmente estabelecida.

• **Melhorar a taxa de ocupação de ativos:** Diante deste objetivo, olhamos para toda nossa estrutura a fim de torná-la mais eficiente. A venda da unidade fabril Cachoeiras de Macacu (RJ) foi fruto desta avaliação.

Além disso, os bons resultados mostram que a revisão da estratégia de portfólio e o reposicionamento das marcas estão sendo bem sucedidos. Em 2016, relançamos a Devassa, uma cerveja com líquido puro malte, embalagem premium e excelente custo x benefício para o consumidor. Como resultado, a marca cresceu duplo dígito em um setor que registra recuo. A estratégia de "premiunização", com o lançamento de Eisenbahn Pilsen na versão 600ml e lata, aumentou a nossa presença no mercado e contribuiu, juntamente com o bom desempenho das cervejas especiais - Baden Baden e Kirin Ichiban - para o crescimento de triplo dígito em 2016. Na categoria de não alcoólicos, destaque para Itubaína, que se consolidou como a terceira principal marca de refrigerante em São Paulo e registrou recordes históricos de vendas. Os refrigerantes Viva Schin, com novo posicionamento voltado para o consumo em família, também registraram crescimento de volume de vendas se comparado a 2015, mesmo com o mercado em declínio.

Operamos com 11 mil funcionários, espalhados por 12 fábricas em 11 Estados, mais de 20 centros de distribuição próprios, unidades de negócios e escritórios de vendas. Contamos ainda com o suporte de quase 200 revendas que nos ajudam a distribuir nossos produtos em cerca de 600 mil pontos de vendas, atendendo todos os Estados do Brasil. Em virtude dessa robusta estrutura, conseguimos dar vazão a mais de 2,5 bilhões de litros de cerveja, suco, energético, água mineral e refrigerante.

Os resultados obtidos em 2016 são frutos de uma sólida parceria construída com a dedicação dos nossos funcionários e revendedores, a preferência dos consumidores e a confiança dos nossos clientes, fornecedores, parceiros e acionistas.

Para 2017, seguiremos com o nosso plano de negócios (2016-2018), colocando em prática a estratégia traçada para acelerar a melhoria do desempenho, reforçando o compromisso da Companhia com a entrega de resultados de forma eficiente.

Desempenho Operacional e Financeiro em 2016

O desempenho operacional da Companhia em 2016 ainda foi impactado pela desestabilização da economia e suas consequências. No mercado de bebidas, o volume registrado pelo Sistema de Controle de Produção de Bebidas (SICOBE) para toda a indústria apontou uma queda na produção de 1,98% em cervejas e 6,02% em refrigerantes, base Novembro/2016 (conforme Ato Declaratório ADE75/16 a partir de 13/12/2016 a utilização do sistema SICOBE fica desobrigada), reflexo da situação econômica do país. Ao contrário do setor, que vem apresentando queda de produção, nós crescemos em volume de cervejas, refrigerantes e em participação de mercado. O volume de vendas registrou crescimento de 3,5% em comparação a 2015, confirmando a consistência de nosso plano estratégico executado com extrema disciplina.

Receita Bruta (ROB) e Receita Operacional Líquida (ROL):

A Brasil Kirin encerrou o ano gerando uma Receita Bruta de R$ 7,3 bilhões, aumento de 9,2% em relação a 2015. A Receita Líquida totalizou R$ 3,7 bilhões, um aumento de 5,5% na comparação ao ano anterior.

A Brasil Kirin apurou no ano aproximadamente R$ 3,4 bilhões em Impostos sobre Vendas, tanto próprios quanto referentes à antecipação de impostos devidos por clientes e consumidores, sob sua responsabilidade ("substituição tributária").

Custo dos Produtos Vendidos (CPV):

Impactado pela alta das *commodities* e pelo *hedge* cambial desfavorável, os custos de produção por hectolitro subiram 7,64%, totalizando R$ 2,5 bilhões.

Despesas com Vendas e Marketing:

Ao longo de 2016, a Brasil Kirin continuou investindo fortemente nas suas principais marcas. Em alcoólicos, a Companhia relançou a Devassa, apresentando um novo posicionamento, nova campanha, novo líquido (Puro Malte Tropical) e novas embalagens. Com Schin, o trabalho foi direcionado para a construção de imagem por meio de campanhas de mídia e de fortes ativações nas regiões foco. A marca também esteve presente em importantes eventos como Planeta Atlântida, Carnaval, São João e Oktoberfest (patrocinado oficialmente pela Eisenbahn).

Na categoria de cervejas especiais, o grande destaque foi a Eisenbahn. Com as opções de embalagem 600ml e lata *sleek* 350ml, mantendo o sabor original, a marca teve uma expansão significativa para todo o país, contribuindo positivamente com o resultado da Empresa. Também lançamos a Flecheira, cerveja de estilo Irish Red Ale, vencedora do 6º Concurso Mestre Cervejeiro, além da edição limitada Baden Baden 5 Grãos e da versão em lata *sleek* 350ml de Kirin Ichiban.

Em não alcoólicos, complementamos o portfólio de Viva Schin com o refrigerante Viva Schin POP, uma versão diferenciada de guaraná, disponível somente no Maranhão e no Piauí; intensificamos a parceria com a Xuxa, embaixadora da marca, e lançamos latas colecionáveis em todo o país, no sabor guaraná, inspiradas nas diferentes fases da apresentadora. A marca também manteve a plataforma de futebol com o patrocínio ao Ituano e à Ponte Preta. Outro destaque na categoria foi Itubaína, que ganhou em 2016 a sua primeira campanha na TV aberta, além de ter feito ativações inovadoras para o Dia das Crianças e, por meio da plataforma "Brincando na Rua", ofereceu um espaço interativo para adultos com brinquedos e brincadeiras nostálgicas. A Brasil Kirin lançou ainda sua marca própria de energético, K Energy Drink, nas embalagens PET de 500ml e 2L.

Apesar do intenso ambiente competitivo de preço, buscamos responder aos movimentos do mercado de forma estratégica, nos adaptando às demandas de curto prazo. Ao mesmo tempo, sustentamos nossa visão no longo prazo com o foco na construção de imagem de marcas por meio de:

• Ativações voltadas ao consumidor e eventos que geram experiência de marca;

• Investimento em ativos no mercado;

• Investimentos de médio e longo prazo, voltados para desenvolvimento das marcas - reposicionamento de Devassa; expansão de atuação de Eisenbahn; regionalização dos investimentos de Schin; eventos de construção de marca; além de propaganda.

Despesas Gerais, Administrativas e com Vendas:

A rubrica Despesas Gerais, Administrativas e com Vendas apresentou redução de R$ 101 milhões, uma diminuição de 5,1% em relação a 2015. Tal recuo é uma das iniciativas do projeto de redução de custos/despesas, visando tornar a Companhia mais eficiente.

Outras Receitas e Despesas Operacionais:

Em 2016, houve um aumento de R$ 748 milhões em outras receitas operacionais. Esse aumento é reflexo principalmente de eventos extraordinários ocorridos neste ano, sendo o mais relevante, a venda da Unidade de Cachoeiras de Macacu - RJ.

Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras e impostos:

O lucro operacional foi de R$ 352 milhões, ante a um prejuízo operacional de R$ 431 milhões em 2015.

Resultado Financeiro líquido:

O resultado financeiro mostrou uma melhora em relação ao ano anterior de R$ 27 milhões, impactado principalmente pela variação cambial positiva.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:

Ao contrário de 2015, tivemos em 2016 uma reversão de imposto de renda e contribuição social diferidos em função da venda da unidade de Cachoeiras de Macacu - RJ.

Resultado do Exercício:

A Brasil Kirin apurou um lucro líquido de R$ 271 milhões frente a um prejuízo líquido de R$ 998 milhões em 2015.

Desenvolvimento Humano e Organizacional

A Brasil Kirin busca profissionais alinhados aos seus valores que, em 2016, passaram por uma ressignificação para refletir a nova cultura da Empresa. Além disso oferece um caminho rico em oportunidades de aprendizado e crescimento e proporciona um ambiente saudável e agradável, tanto para o desenvolvimento profissional quanto pessoal, em todas as suas unidades.

A Empresa investe em treinamentos e capacitações para todos os seus funcionários. Em 2016, foram mais de 500 mil horas de treinamento - uma média de 45,1 horas por funcionário. O conteúdo de aprendizagem é disponibilizado na Academia Brasil Kirin e está dividido em quatro etapas: Integração Institucional, Integração Funcional, Treinamentos Obrigatórios e Trilha de Aprendizagem.

A Empresa também possui programas e treinamentos internos, externos e parcerias com universidades, instituições e escolas de idiomas. Em 2016, a Academia Brasil Kirin inovou e lançou um aplicativo de celular para que funcionários e revendedores tenham acesso a todos os conteúdos de treinamentos com mais facilidade.

O ano também foi importante pelos reconhecimentos do clima organizacional recebidos pela Brasil Kirin. Destaque para:

• Pelo terceiro ano consecutivo, a Companhia foi considerada uma das melhores Empresas para trabalhar pela **Revista Época - Great Place to Work**;

• A Companhia também foi reconhecida novamente pelo **Guia Você S/A - Exame** como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil.

Em 2016, a Empresa encerrou o ano com 5% de funcionários com algum tipo de deficiência em relação ao total de funcionários. E foi reconhecida como uma das Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência, premiação criada em 2014 pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas.

Sustentabilidade e Valor Compartilhado

Ser sustentável e gerar valor compartilhado são algumas das prioridades estratégicas da Brasil Kirin para conduzir seus negócios. A cada dia e a cada novo projeto - seja na área corporativa, nos centros de distribuição ou na operação fabril - são analisados os possíveis impactos no curto, médio e no longo prazos.

A Brasil Kirin acredita em parcerias que tragam benefícios tanto para o negócio quanto para a sociedade. Consciente do seu papel, a Empresa investe e apoia em projetos alinhados à sua visão estratégica e que estejam de acordo com as necessidades locais. Alguns exemplos deste trabalho foram a evolução do projeto de microdistribuidores, que encerrou 2016 com onze deles ativos, quase o dobro de empreendedores comparado a 2015, que atendem mais de mil pontos de venda em comunidades da periferia; O Espaço Recicle, projeto de coleta seletiva e reciclagem em Capão Redondo (SP), também cresceu sua atuação em 2016, recebendo mais de 43 toneladas de resíduos das ruas. Em Caxias (MA), a Empresa realizou a revitalização de uma escola municipal, entregando duas salas de educação e adequando a estrutura da escola para torná-la acessível às crianças com deficiência. Também foi construído um poço artesiano para captação de água e instaladas placas de energia solar no telhado para garantir independência no abastecimento da escola de água e energia.

A Companhia manteve o apoio a seus principais projetos socioambientais. O patrocínio ao projeto de vôlei masculino da equipe de Campinas, pelo 3º ano consecutivo, trouxe enormes alegrias, como o vice-campeonato da Super Liga de Vôlei 2015/2016. O Centro de Experimentos Florestais SOS Mata Atlântica - Brasil Kirin, localizado em Itu (SP), patrocinado pela Empresa desde 2007, atingiu a marca de mais de 4,5 milhões de mudas produzidas, de mais de 100 espécies de árvores, que equivalem a restauração de uma área superior a 2.571* campos de futebol.

** A metodologia da SOSMA considera o plantio de 2.500 mudas para cada 10mil m² e um campo de futebol equivale a 7mil m².*

E mesmo em um ano de altas taxas de desemprego no País, encerramos 2016 com um número maior de funcionários em comparação à 2015, principalmente devido ao projeto de internalização dos promotores do Autosserviço.

O resultado dessas e de outras iniciativas contribuiu para que, pelo quarto ano consecutivo, o **Guia Exame de Sustentabilidade 2016** elegesse a Brasil Kirin como uma das empresas mais sustentáveis do Brasil, no maior levantamento de sustentabilidade corporativa do país. Esse reconhecimento é fruto de diversas boas práticas estruturadas, atendendo aos três pilares da sustentabilidade: social, ambiental e econômico.

Perspectivas para 2017

A Heineken divulgou, em 13 de fevereiro, a intenção de compra da Brasil Kirin. O processo está em análise pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e, até que a decisão seja tomada, a Brasil Kirin continuará seguindo sua estratégia e concentrando esforços para entregar um resultado ainda mais positivo.

O cenário econômico do país dá sinais de melhora para 2017, com perspectivas de recuperação do emprego no segundo semestre, baixa da taxa de juros e entrada de investimentos externos, por exemplo. E tudo isso inspira confiança para o mercado de consumo. Portanto, ainda que o segmento de bebidas continue indicando uma retração no consumo de cervejas e de refrigerantes, estamos otimistas com o desempenho da Brasil Kirin para este ano. Em 2016, seguindo a estratégia de marca e eficiência operacional, conseguimos crescer em volume e faturamento, em plena recessão da economia, o que nos fortalece ainda mais para os desafios que estão por vir.

Para 2017, a Brasil Kirin está confiante no seu plano de negócios e confirma suas prioridades visando a melhoria contínua de nosso desempenho. O trabalho de consolidação das marcas e sua posição como empresa de bebidas com amplo portfólio se mantém para 2017. Continuaremos também com forte estratégia regional, ampliando a distribuição dos nossos produtos, fortalecendo a cadeia de revendas e focando a eficiência organizacional.

Estamos investindo na área comercial e trabalhando intensamente para oferecer uma ótima execução no ponto de venda (PDV), visando ampliar o relacionamento da Empresa com os consumidores e alavancar o volume dos nossos produtos. Manteremos nossas parcerias relacionadas à sustentabilidade, prezando nossa governança na área, reforçando nosso compromisso com o consumo responsável de bebidas alcoólicas, criando valor compartilhado e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do País.

Para um 2017 bem-sucedido, contamos com o comprometimento e força dos nossos funcionários, distribuidores e parceiros para, cada vez mais, sermos uma empresa inovadora de bebidas que dão prazer e alegria aos nossos consumidores.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	748	18	271.171	234.130
Contas a receber	8	–	–	705.721	544.138
Estoques	9	–	–	406.237	597.052
Impostos e contribuições a recuperar	10	–	–	53.009	56.514
Imposto de renda e contribuição social	11	–	–	5.264	11.067
Instrumentos financeiros derivativos	23	–	–	10.904	56.929
Despesas antecipadas		94	33	58.173	44.559
Demais contas a receber	8.d	–	2	390.724	22.999
Ativos mantidos para venda		–	–	314	314
Total do ativo circulante		842	53	1.901.517	1.567.702
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	8	–	–	5.007	51.620
Impostos e contribuições a recuperar	10	–	–	139.634	154.398
Imposto de renda e contribuição social	11	1	6	14.852	14.788
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.c	–	–	2.383	141
Depósitos judiciais	14	14	–	533.060	224.578
Demais contas a receber	8.d	–	–	96.769	38.174
Total do realizável a longo prazo		15	6	791.705	483.699
Investimentos em controladas	15.b	1.544.852	1.354.534	–	–
Outros investimentos		–	–	10	14
Imobilizado	16	–	–	2.844.690	3.161.140
Intangível	17	–	–	304.856	331.651
		1.544.852	1.354.534	3.149.556	3.492.805
Total do ativo não circulante		1.544.867	1.354.540	3.941.261	3.976.504
Total do Ativo		**1.545.709**	**1.354.593**	**5.842.778**	**5.544.206**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Circulante					
Fornecedores	18	–	–	419.693	453.697
Operações de risco sacado	19	–	–	166.257	320.984
Instrumentos financeiros derivativos	23	–	–	405.254	16.074
Empréstimos e financiamentos	20	–	–	1.418.000	1.033.865
Salários e encargos sociais		45	45	181.155	119.248
Impostos e contribuições a recolher	21	8	10	313.597	218.676
Imposto de renda e contribuição social	12.a	–	–	641	–
Adiantamentos de clientes		–	–	23.810	24.112
Provisões para gastos comerciais		–	–	16.737	102.656
Demais contas a pagar		21	47.881	80.640	115.761
Total do passivo circulante		74	47.936	3.025.784	2.405.073
Não circulante					
Fornecedores	18	9.983	9.290	10.163	26.554
Empréstimos e financiamentos	20	1.872	–	642.088	1.043.340
Provisão para contingências	22	–	–	315.586	336.463
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.c	–	–	278.459	384.792
Demais contas a pagar		–	–	37.172	51.156
Total do passivo não circulante		11.855	9.290	1.283.468	1.842.305
Total do passivo		11.929	57.226	4.309.252	4.247.378
Patrimônio líquido	24				
Capital social		5.521.375	5.521.375	5.521.375	5.521.375
Ajuste de avaliação patrimonial		(29.441)	5.212	(29.441)	5.212
Prejuízos acumulados		(3.958.154)	(4.229.220)	(3.958.408)	(4.229.759)
Total do patrimônio líquido		1.533.780	1.297.367	1.533.526	1.296.828
Total do Passivo e do Patrimônio líquido		**1.545.709**	**1.354.593**	**5.842.778**	**5.544.206**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
HTTP://WWW.KLOOKS.COM.BR/

continuação

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Receita	25	–	–	3.706.119	3.512.895
Custo dos produtos vendidos	26	–	–	(2.529.203)	(2.270.387)
Resultado bruto		**–**	**–**	**1.176.916**	**1.242.508**
Despesas gerais e administrativas	26	(1.405)	(1.844)	(412.545)	(391.782)
Despesas com vendas	26	–	–	(1.454.325)	(1.576.332)
Participações em sociedades controladas	15.b	225.009	(945.542)	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	47.600	(51.066)	1.042.025	294.953
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**271.204**	**(998.452)**	**352.071**	**(430.653)**
Despesas financeiras	29	(167)	(6)	(580.852)	(303.383)
Receitas financeiras	29	66	–	195.705	291.681
Variações cambiais, líquidas	30	–	–	196.096	(204.781)
Resultado financeiro líquido		**(101)**	**(6)**	**(189.051)**	**(216.483)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**271.103**	**(998.458)**	**163.020**	**(647.136)**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	12.a	–	–	(641)	(3)
Diferido	12.a	–	–	109.010	(350.514)
Lucro (prejuízo) do exercício		**271.103**	**(998.458)**	**271.389**	**(997.653)**
Quantidade de ações média e ponderada ao fim de cada exercício - Em milhares		185.278.687	185.278.687		
Resultado por ação básico e diluído - R$		0,0015	(0,0054)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	271.103	(998.458)	271.389	(997.653)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças no valor justo	(34.653)	5.212	(34.653)	5.212
Resultado abrangente total	**236.450**	**(993.246)**	**236.736**	**(992.441)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de Reais)

Controladora	**Capital social**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**5.521.375**	**–**	**(3.230.805)**	**2.290.570**
Resultados abrangentes do exercício				
Prejuízo do exercício	–	–	(998.458)	(998.458)
Outros resultados abrangentes do exercício	–	5.212	–	5.212
Total de resultados abrangentes	–	5.212	(998.458)	(993.246)
Participações no resultado de sociedades controladas	–	–	43	43
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**5.521.375**	**5.212**	**(4.229.220)**	**1.297.367**
Resultados abrangentes do exercício				
Hedge de fluxo de caixa - mudanças no valor justo das controladas	**–**	(34.653)	**–**	(34.653)
Lucro do exercício	–	–	271.103	271.103
Total de resultados abrangentes	**–**	(34.653)	271.103	236.450
Participações no resultado de sociedades controladas	**–**	–	(37)	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**5.521.375**	**(29.441)**	**(3.958.154)**	**1.533.780**
Consolidado				
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**5.521.375**	**–**	**(3.232.148)**	**2.289.227**
Resultados abrangentes do exercício				
Prejuízo do exercício	–	–	(997.653)	(997.653)
Outros resultados abrangentes do exercício	–	5.212	–	5.212
Total de resultados abrangentes	–	5.212	(997.653)	(992.441)
Participações no resultado de sociedades controladas	–	–	43	43
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**5.521.375**	**5.212**	**(4.229.759)**	**1.296.828**
Resultados abrangentes do exercício				
Lucro do exercício	**–**	**–**	271.389	271.389
Outros resultados abrangentes do exercício	–	(34.653)	–	(34.653)
Total de resultados abrangentes	**–**	(34.653)	271.389	236.736
Participações no resultado de sociedades controladas	**–**	**–**	(38)	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**5.521.375**	**(29.441)**	**(3.958.408)**	**1.533.526**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**271.103**	**(998.458)**	**163.020**	**(647.136)**
Ajustes de :				
Depreciação e amortização	–	–	242.654	269.963
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	98	–	(212.439)	375.181
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	344.436	(63.186)
Baixas provenientes de acordos contratuais e descontos concedidos	–	–	414.145	518.188
(Reversão) provisão de impostos a pagar e a recuperar	–	–	(811)	4.602
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	30.297	50.756
(Reversão) provisão para abatimentos de clientes	–	–	(18.363)	12.141
Provisão para perdas em estoques	–	–	225	23.277
(Reversão) provisão para perdas no imobilizado	–	–	(16.342)	24.750
(Reversão) provisão de outras contas a pagar	(47.860)	54.689	(314.989)	86.139
Provisão (reversão) para salários e encargos	–	–	61.692	(19.150)
Provisão para perdas em investimentos	–	–	–	190
Reversão de provisão para indenizações processuais	–	–	(8.548)	(12.929)
Perdas de indenizações processuais	–	–	53.828	45.525
Perdas na venda de ativo imobilizado	–	–	3.158	2.303
Ganho na venda de ativo imobilizado	–	–	(17.540)	(12.353)
Equivalência patrimonial	(225.009)	945.542	–	–
Incentivos fiscais	–	–	(362.009)	(441.320)
Reversão de provisão para contingências	–	–	(32.607)	(6.816)
Perdas do ativo imobilizado	–	–	42.401	60.673
Resultado na venda de investimentos	–	–	(485.959)	–
Baixa de ágio nos investimentos	–	–	1.635	3.664
	(1.668)	**1.773**	**(112.116)**	**274.462**
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	–	–	(552.609)	(591.244)
Estoques	–	–	166.117	(139.191)
Impostos e contribuições a recuperar	6	–	148.027	127.032
Demais contas a receber e despesas antecipadas	(59)	7	(26.340)	(19.080)
Depósitos judiciais	(15)	–	(61.291)	(86.160)
Fornecedores	694	5.055	(47.985)	59.663
Operações de risco sacado	–	–	(154.727)	319.711
Salários e encargos sociais	–	–	1.204	(833)
Impostos e contribuições a recolher	(2)	3	397.416	320.462
Demais contas a pagar	–	(6.822)	(55.854)	(130.214)
Caixa (aplicado) gerado nas operações	**(1.044)**	**16**	**(298.158)**	**134.608**
Juros pagos	(78)	–	(77.152)	(68.538)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	–	(22)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(1.122)**	**16**	**(375.310)**	**66.048**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições do ativo imobilizado	–	–	(208.202)	(146.130)
Aquisições do intangível	–	–	(6.422)	(62.416)
Aquisições de investimentos	–	–	–	(6.038)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	–	–	99.359	60.505
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**–**	**–**	**(115.265)**	**(154.079)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de mútuo	–	–	576.345	–
Captações de empréstimos e financiamentos	1.852	–	220.360	138.181
Amortizações de empréstimos e financiamentos	–	–	(269.089)	(126.840)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos	**1.852**	**–**	**527.616**	**11.341**
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalente de caixa	**730**	**16**	**37.041**	**(76.690)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**18**	**2**	**234.130**	**310.820**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**748**	**18**	**271.171**	**234.130**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Brasil Kirin Holding S.A. ("Companhia"), com sede em Itu, Estado de São Paulo, tem como principal atividade a participação em outras sociedades. A atuação preponderante das empresas do Grupo Brasil Kirin ("Grupo" ou "Brasil Kirin") é a industrialização de bebidas e o comércio atacadista e varejista, por meio das seguintes principais empresas: **a.** Brasil Kirin Indústria de Bebidas Ltda., sede em Itu - SP; **b.** Brasil Kirin Bebidas Ltda., sede em Cachoeiras de Macacu - RJ (em janeiro de 2017 ocorreu alteração de endereço da sede para a cidade do Rio de Janeiro/RJ); **c.** Brasil Kirin Logística e Distribuição Ltda., responsável pelos depósitos próprios do Grupo e produção de concentrados - sede em Itu - SP; **d.** Indústria de Bebidas Igarassu Ltda., sede em Igarassu - PE. O Grupo possui ainda participação em outras empresas como descrito na Nota 15.a. Determinadas controladas possuem programas de incentivos fiscais governamentais relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), mediante, respectivamente: crédito presumido, financiamento, reduções parciais dos valores devidos, desde que atendidas certas condições. No âmbito Federal, algumas controladas do Grupo gozam da redução do imposto de renda apurado de acordo com o lucro da exploração da atividade incentivada. O Grupo faz acompanhamento rigoroso dos diversos projetos de alteração da legislação em vigor, em tramitação. Simulações realizadas a partir das propostas em tramitação relativas as alterações das alíquotas interestaduais do ICMS, mostram impactos não relevantes nos resultados futuros do Grupo. O Grupo não goza de incentivos fiscais declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF). As empresas do Grupo Brasil Kirin operam integradamente sob controle comum e os custos compartilhados das estruturas administrativas e operacionais são atribuídos às empresas de acordo com critérios que consideram a razoabilidade de sua identificação. Assim, a expressão Grupo Brasil Kirin, utilizada nestas notas explicativas, tem o objetivo de melhor caracterizar essa forma de atuação. Atualmente a Brasil Kirin obtêm captação de recursos vindos da controladora Kirin Holdings Company, Limited., onde a mesma continuará a aportar recursos caso seja necessário até o momento da aprovação do CADE conforme Nota 32 e dando continuidade caso a transação não seja aprovada. Após aprovação eventuais aportes estarão condicionados aos planos do novo acionista Bavaria S.A.. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Brasil Kirin Holding S.A. e suas controladas, a seguir relacionadas: • Brasil Kirin Participações e Representações Ltda.; • Brasil Kirin Indústria de Bebidas Ltda.; • Brasil Kirin Bebidas Ltda.; • Brasil Kirin Logística e Distribuição Ltda.; • Brasil Kirin Maltes Especiais Ltda.; • Cervejaria Baden Baden Ltda.; • Brasil Kirin Comercializadora de Energia Ltda.; • Indústria de Bebidas Igarassu Ltda.; • Sonar Serviços e Franquias Ltda.; • Cervejaria Sudbrack Ltda.; • Cataventos Acaraú - Geração de Energias Renováveis S.A; • Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda. - vendida em 1º de dezembro de 2016. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram adotados os seguintes procedimentos: • Eliminação dos investimentos, saldos ativos e passivos e das receitas e despesas de operações realizadas entre as empresas. • As demonstrações financeiras das controladas, base para cálculo de equivalência patrimonial e para a consolidação, foram ajustadas para refletirem as mesmas práticas e critérios contábeis da controladora. Conciliação entre o patrimônio líquido da controladora e do consolidado em 31 de dezembro:

Patrimônio líquido	**2016**	**2015**
Balanço patrimonial da controladora	1.533.780	1.297.367
Diferido (gastos pré-operacionais)	(254)	(539)
No balanço patrimonial consolidado	**1.533.526**	**1.296.828**

Conciliação entre o resultado do exercício da controladora e do consolidado em 31 de dezembro:

Resultado do exercício	**2016**	**2015**
Resultado do exercício da controladora	271.103	(998.458)
Reversão de amortização do diferido	286	805
Resultado do exercício consolidado	**271.389**	**(997.653)**

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria do Grupo, em 13 de março de 2017. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional do Grupo Brasil Kirin. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 12** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. • **Nota explicativa 16 (e)** - redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*): O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. • **Nota explicativa 22** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: A Brasil Kirin é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. • **Nota explicativa 23** - valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Brasil Kirin usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para os CPCs, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; • Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo. **6. Principais políticas contábeis:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base de consolidação:** ***(i) Combinações de negócios:*** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para *impairment*. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício. ***(ii) Controladas:*** O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. ***(iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:*** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não tenha controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. ***(iv) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa e operações de *hedge* de investimento líquido. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Ganhos (perdas) cambiais". As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. Dentro da efetividade do *hedge*, diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um passivo financeiro designado como *hedge* de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes, sendo acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Para a parte do *hedge* que não seja efetiva, tais diferenças são reconhecidas no resultado. Quando o investimento líquido que foi objeto de *hedge* é alienado, a parcela correspondente mantida na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido é reclassificada para o resultado como parte do lucro ou perda na alienação. **c. Instrumentos financeiros:** A Brasil Kirin classifica seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. ***(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento:*** O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
HTTP://WWW.KLOOKS.COM.BR/

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brasil Kirin Holding S.A. (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração:*** *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge.* São classificados nessa categoria as aplicações financeiras e os instrumentos financeiros derivativos. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. *Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos. Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). As contas de financiamentos de impostos a recolher classificadas no circulante e não circulante (incentivos fiscais), foram ajustadas a valor presente, por taxas consideradas pela Administração como de mercado conforme prevêem os CPCs 07 e 12. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo, por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos. *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas, quando aplicável. Essas contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica de "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado. ***(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração:*** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. ***(iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge:*** O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. *Hedges de fluxos de caixa:* Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado. Caso: (i) a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada, (ii) o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, (iii) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado. Os instrumentos derivativos utilizados pelo Grupo são mensurados ao valor justo. Os derivativos, quando elegíveis, são contabilizados pelos critérios de *hedge accounting.* Quando há derivativos contabilizados pelo critério de *hedge accounting*, o Grupo documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos derivativos e os itens protegidos, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações com instrumentos financeiros. Os valores justos dos vários instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 23. O valor justo total dos derivativos é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido for inferior a 12 meses. **d. Redução ao valor recuperável *(Impairment): (v) Ativos financeiros não derivativos:*** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) O Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira. • Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:* O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. *Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:* Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **e. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques, incluindo os estoques de produtos em elaboração e produtos acabados são avaliados ao custo médio de aquisição ou de fabricação, reduzido de provisão para ajustá-los ao valor realizável, quando aplicável. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de vendas. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **f. Ativos mantidos para venda:** Os ativos não correntes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base *pro rata*, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos e ativos de benefícios a empregado, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método. No ano de 2016 o Grupo apresentou saldo de ativos financeiros disponíveis para venda. **g. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem: (i) do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável; e (ii) de diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **h. Depósitos judiciais:** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando for vinculado a tributo com exigibilidade suspensa e não houver possibilidade de resgate desses depósitos. **i. Investimentos em controladas: *(i) Custo e/ou valor patrimonial:*** Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício na rubrica de "receitas (despesas) operacionais". Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre o Grupo e suas controladas e equiparadas são eliminados na medida da participação do Grupo: perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. Quando a participação do Grupo nas perdas acumuladas das controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada na rubrica "provisão para perdas em controladas". **j. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e provisões de perdas. A reavaliação efetuada em 2007 foi considerada como custo histórico do imobilizado em 1º de janeiro de 2008, como facultado pelo artigo 6º da Lei 11.638/07. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos e materiais de acondicionamento e transporte não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	35 a 50
Máquinas e equipamentos	10 a 20
Veículos	4 a 5
Móveis e utensílios	10
Outros componentes	3 a 10

Os materiais de acondicionamento e transporte são constantemente monitorados e suas baixas ocorrem por quebras e perdas e são apropriadas ao resultado ou ressarcidas por clientes quando praticável. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro da rubrica de "outras receitas operacionais, líquidas". No exercício de 2016 foi realizada a avaliação da vida útil de determinados ativos que resultou em algumas novas taxas que refletem a vida econômica de cada bem. Abaixo apresentamos os grupos de ativos que foram sujeitos a mudanças de vida útil devido a avaliação descrita anteriormente, sendo demonstrado pela média de vida útil aplicada na Brasil Kirin.

	2015	2016
Edificações	39	40
Máquinas e equipamentos	13	17
Veículos	4	4
Móveis e utensílios	10	10
Outros componentes	8	8

k. Ativos intangíveis: *(i) Ágio:* O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. ***(ii) Softwares/licenças:*** As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso; • A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo; • O *software* pode ser vendido ou usado; • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros; • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software.* Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, abaixo segue taxa de amortização:

	Anos
Softwares	5
Marcas, Patentes e Ágio	Não amortizável
Desenvolvimento de Novos Produtos	4 anos e 10 meses
Direito de Exclusividade	4 a 7

(iii) Outros ativos intangíveis: Os custos com a aquisição de patentes, marcas comerciais, licenças e direitos de exploração são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis. **l. Fornecedores:** Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **m. Provisões:** As provisões para ações judiciais (tributária, trabalhista e cível) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **n. Benefícios a empregados:** O Grupo tem planos de contribuição definida, no qual são efetuadas contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. O Grupo faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. **o. Plano de suplementação de aposentadoria:** O Grupo Brasil Kirin disponibiliza para seus colaboradores um plano de previdência privada de contribuição definida (Itaú Previdência), com o objetivo de complementar a previdência oficial, sendo a característica do plano promover um benefício de renda complementar a seus colaboradores. Para o exercício de 2016, o montante contribuído pelo Grupo Brasil Kirin soma R$ 10.272 (R$ 10.264 em 2015). No ato da aposentadoria, o participante do Grupo Brasil Kirin poderá optar pelo benefício da aposentadoria ou pelo resgate do saldo alcançado na composição do seu fundo. O plano tem participação do Grupo Brasil Kirin (até o limite de 6,5% do salário) e dos colaboradores. **p. Subvenções para investimentos:** As subvenções governamentais são reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretendem compensar, em bases sistemáticas, nos termos do CPC 07. ***(i) Benefícios fiscais por financiamentos:*** Determinadas controladas possuem benefícios fiscais relacionados a financiamentos, com taxas subsidiadas, de parte do ICMS devido em suas operações. Possuem também benefícios decorrentes de redução do valor

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
HTTP://WWW.KLOOKS.COM.BR/

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brasil Kirin Holding S.A. (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

financiado, a depender do atendimento de certas condições previstas nos atos concessórios dos referidos benefícios, os quais vêm sendo cumpridos pelo Grupo. De modo a reconhecer a essência dos benefícios fiscais por financiamentos, foi efetuado o ajuste a valor presente das parcelas financiadas visando refletir o ganho decorrente da diferença entre as taxas obtidas pelo Grupo em suas aplicações financeiras e as taxas de juros aplicáveis aos financiamentos. A subvenção relativa aos impostos apurados, equivalente ao ajuste a valor presente, é registrada diretamente no resultado do exercício na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". ***(ii) Benefícios fiscais por crédito presumido:*** O registro das subvenções é realizado diretamente no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", em regime de competência, na data em que a receita é ganha, ou seja, no momento em que as condições para que os benefícios sejam recebidos estejam integralmente sob o controle da Administração. Tais condições incluem, principalmente, a manutenção de certos níveis de emprego, produção e de investimentos, bem como, adimplemento de obrigações fiscais. Essas condições vêm sendo adequadamente cumpridas. ***(iii) Lucro da exploração:*** Determinadas controladas possuem ainda benefício de redução do imposto de renda apurado em área incentivada de acordo com o lucro da exploração da atividade incentivada. Essa redução tributária é apresentada como redutora do imposto total apurado no período, antes da referida subvenção. ***(iv) Registro de reserva de incentivos fiscais:*** A parcela remanescente do lucro líquido apurado no exercício, após as deduções legais, e que decorrer dos benefícios fiscais descritos anteriormente, é destinada para formação de "Reserva de incentivos fiscais" (reserva de lucros), nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76. **q. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas pelo Grupo. O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. ***(i) Venda de produtos:*** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos-financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. Os produtos são frequentemente vendidos com descontos por volume. As vendas são registradas com base no preço especificado nas tabelas de preço acordadas com os clientes. Os descontos e abatimentos de preços por volume ou negociações comerciais são deduzidos da receita. As vendas são realizadas com prazo médio de pagamento entre 14 e 36 dias, que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente. ***(ii) Receita financeira:*** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método dos juros efetivos. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, sendo este uma Confissão de Dívida, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. ***(iii) Dividendos:*** A receita de dividendos é reconhecida no resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido. **r. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada. • Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26): As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. Para atender os novos requerimentos de divulgação, o Grupo pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento. • Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32): As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. O Grupo está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o Grupo não espera qualquer impacto significativo. • CPC 47 Receita de Contratos com Clientes: O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada, substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a ICPC 30 Programas de Fidelidade com o Cliente. O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. O Grupo ainda não concluiu a avaliação inicial do potencial impacto da adoção do CPC 47 em suas demonstrações financeiras. • CPC 48 Instrumentos Financeiros: O CPC 48 substituiu as orientações existentes no CPC 38 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). O CPC 48 inclui 9 novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. O impacto efetivo da adoção do CPC 48 nas demonstrações financeiras do Grupo em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que o Grupo detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que o Grupo fará no futuro. A nova norma exigirá que o Grupo revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. • IFRS 16 *Leases* (Arrendamentos): A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. • Outras alterações: Não se espera que as seguintes novas normas ou normas alteradas possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • Alterações ao CPC 10: Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações. • Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

7. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	748	18	37.691	28.691
Certificado de depósito bancário - CDB	–	–	124.335	26.101
Operações compromissadas com debêntures	–	–	109.145	179.338
	748	**18**	**271.171**	**234.130**

Todas as aplicações financeiras contratadas são de renda fixa (CDB e Compromissadas com lastro em debêntures), com remuneração média de 101% do CDI (2015: 101%) e com liquidez diária.

8. Contas a Receber

a. Composição do saldo:

	2016	2015
Clientes nacionais	846.530	709.064
Cheques a depositar	1.585	609
Clientes estrangeiros	561	416
Ajuste a valor presente de clientes (i)	(16.806)	(5.123)
Provisão para créditos de realização duvidosa	(121.142)	(109.208)
Contas a receber, líquidas	**710.728**	**595.758**
Circulante	705.721	544.138
Não Circulante	5.007	51.620

(i) Realizamos o ajuste a valor presente nos saldos do contas a receber sobre confissões de dívida, no qual sua classificação se encontra no longo prazo. Esses recebíveis foram ajustados ao seu valor justo por meio do valor presente do fluxo de caixa descontado. A natureza do fluxo de caixa é contratual e o método de alocação adotado é a abordagem corrente. O ajuste a valor presente desse contas a receber foi descontado com base na taxa SELIC. O Grupo possui uma Política de Crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais, compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos. A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito interna, utilizando-se de práticas de mercado e da constituição de garantias reais. Os valores a receber de clientes estão reduzidos, mediante provisão e ajuste a valor presente, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída com base nos seguintes critérios: (a) Duplicatas vencidas há mais de 90 dias; e (b) Análise econômica crítica da carteira de clientes e dos títulos vencidos. Com base nos critérios e análises descritos acima, a Administração avalia e provisiona o montante considerado suficiente para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

b. Idade do saldo de contas a receber de clientes:

	Consolidado	
	2016	2015
A vencer	689.706	634.922
Vencidos até 90 dias	68.791	42.786
Vencidos há mais de 90 dias	90.178	32.381
	848.676	**710.089**

c. Movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**(46.311)**
Constituições, líquidas das reversões	(80.470)
Baixas	17.573
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(109.208)**
Constituições, líquidas das reversões	(20.527)
Baixas	8.593
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(121.142)**

d. Demais contas a receber

	2016	2015
Venda de investimentos - Macacu (Nota 15c)	433.141	–
Outros	54.352	61.173
Demais contas a receber, líquidas	**487.493**	**61.173**
Circulante	390.724	22.999
Não Circulante	96.769	38.174

9. Estoques:

a. Composição do saldo:

	Consolidado	
	2016	2015
Produtos acabados	136.666	203.579
Matérias-primas	90.424	168.686
Almoxarifado	83.974	82.633
Materiais de embalagem	49.799	88.570
Produtos semi-acabados	31.579	36.610
Outros	7.884	9.507
Material de propaganda e promoção	5.911	7.467
	406.237	**597.052**

Em 2016, as matérias-primas, os materiais de consumo e as alterações nos estoques de produtos em elaboração e produtos acabados incluídos no "Custo dos produtos vendidos" totalizaram R$ 1.871.084 (R$ 1.598.178 em 2015).

b. Movimentações na provisão para perdas de estoques:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**(14.933)**
Constituições, líquidas das reversões	(31.853)
Baixas	24.224
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(22.562)**
Constituições, líquidas das reversões	(15.123)
Baixas	24.442
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(13.243)**

As provisões para perdas dos estoques tem os seguintes critérios: • São considerados para a provisão de estoques obsoletos todo o estoque de insumos, componentes, ativos e produtos que não possam mais ser usados no curso normal da produção, manutenção e vendas por estarem danificados, fora de especificações, *layout* descontinuados, produtos acabados que não podem ser disponibilizados para vendas em razão da qualidade, avarias, vencimento entre outros. • São considerados para a provisão de giro lento, todos os materiais que em função de sua baixa movimentação, estão sujeitos a vencerem no estoque, de forma geral, são produtos acabados sem movimentação a três meses ou mais. • São considerados para a provisão da margem negativa, todos os produtos acabados em estoque cujo valor realizável líquido (receita líquida deduzida dos impostos e despesas sobre vendas) é inferior ao custo de produção.

10. Impostos e contribuições a recuperar:

	Consolidado	
	2016	2015
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	13.453	4.678
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	95.416	108.119
Programa Integração Social - PIS	15.308	17.846
Contribuição para Fins Sociais - COFINS	68.762	80.873
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	–	5
Ajuste a valor presente de impostos a recuperar sobre ativos	(4.872)	(6.304)
Outros	4.576	5.695
	192.643	**210.912**
Circulante	53.009	56.514
Não Circulante	139.634	154.398

11. Imposto de renda e contribuição social a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a recuperar - IRPJ	1	6	20.034	25.514
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a recuperar - CSLL	–	–	82	341
	1	**6**	**20.116**	**25.855**
Circulante	–	–	5.264	11.067
Não Circulante	1	6	14.852	14.788

12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício:

	Consolidado	
	2016	2015
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição social		
Despesa do ano corrente	(641)	(3)
	(641)	(3)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos		
Reversão (registro) de diferenças temporárias	109.010	(247.820)
Reversão de prejuízos fiscais reconhecidos anteriormente	–	(106.446)
Provisão para contingências IRPJ e CSLL	–	(909)
Imposto de Renda e Contribuição Social incluída no PRORELIT	–	(120)
Prejuízos fiscais acumulados não reconhecidos anteriormente e utilizados no PRORELIT	–	4.781
	109.010	(350.514)
Total da receita (despesa) de impostos	**108.369**	**(350.517)**

b. Reconciliação da taxa efetiva (i):

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**271.103**	**(998.458)**	**163.020**	**(647.136)**
Imposto utilizando a alíquota fiscal combinada 34%	(92.175)	339.476	(55.428)	220.026
Adições não dedutíveis permanentes	–	(17.161)	(208.481)	(83.230)
Exclusões não tributáveis permanentes	16.272	–	279.954	237.825
Efeito do resultado de equivalência patrimonial	76.503	(321.484)	–	–
Incentivos fiscais - ICMS incentivado	–	–	126.004	145.762
Reversão de prejuízos fiscais acumulados anteriormente reconhecidos	–	–	633	(106.446)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social apurado no exercício não reconhecido	(600)	(831)	(144.158)	(519.396)
Alterações de diferenças temporárias dedutíveis revertidas/reconhecidas **(ii)**	–	–	109.010	(247.820)
Provisão para contingências IRPJ e CSLL	–	–	–	(909)
Redução na taxa de imposto	–	–	835	5
Outros	–	–	–	(995)
Adesão ao PRORELIT				
Dívida incluída (principal)	–	–	–	(120)
Reconhecimento de prejuízos fiscais acumulados anteriormente não reconhecidos	–	–	–	4.781
	–	**–**	**108.369**	**(350.517)**
Taxa Efetiva	**–**	**–**	**66%**	**54%**

(i) Conciliação do imposto de renda e contribuição social do exercício: Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido ou prejuízo do Grupo e o resultado do imposto de renda e contribuição social. ***(ii) Efeitos do imposto de renda e contribuição social diferido no resultado do exercício:*** Corresponde a reversão de imposto diferido passivo reconhecido no resultado do exercício, sendo que as naturezas dos itens relacionados a este grupo estão descritos na nota 12c. Refere-se substancialmente a reversão do imposto de renda diferido passivo sobre reserva de reavaliação e custo atribuído de suas subsidiárias, no montante de R$62.033. Este valor está sendo adicionado sob o mesmo montante no grupo adições não dedutíveis permanentes, pois a depreciação relacionada e o custo da alienação destes itens não são dedutíveis para fins fiscais, e, portanto, não gera um impacto na alíquota efetiva.

c. Movimentação dos saldos de impostos diferidos *(iii)*

	2014		2015							2016		
	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	Reconhecido no resultado Nota (a)	Ajustes em outros passivos Nota (b)	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	Reconhecido no resultado Nota (a)	Ajustes em outros passivos Nota (b)	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Imobilizado	6.928	–	(6.928)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Derivativos	12.573	(3.209)	(22.359)	–	(12.995)	–	(12.995)	(10.095)	(435)	(3.335)	–	(3.335)
Tributos com exigibilidade suspensa	68.984	–	(68.984)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estoques	13.400	–	(13.400)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Ajuste a valor presente	–	(86.982)	1.717	–	(85.265)	–	(85.265)	(39.951)	–	(45.314)	–	(45.314)
Reavaliação/*Deemed Cost*	–	(298.819)	23.175	16	(275.628)	141	(275.769)	(62.033)	–	(213.595)	926	(214.521)
Amortização de Ágio	17.356	(15.484)	(21.045)	–	(19.173)	–	(19.173)	3.689	–	(22.862)	–	(22.862)
Provisões	104.318	–	(104.318)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outros itens	37.273	(2.200)	(35.678)	–	(605)	–	(605)	(620)	–	15	–	15
Prejuízo fiscal a compensar	115.461	–	(106.446)	–	9.015	9.015	–	–	–	9.015	9.015	–
Provisão para contingências IRPJ e CSLL	–	–	(909)	909	–	–	–	–	–	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social incluída no PRORELIT	–	–	(120)	120	–	–	–	–	–	–	–	–
Prejuízo fiscal reconhecidos e utilizados no PRORELIT	–	–	4.781	(4.781)	–	–	–	–	–	–	–	–
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	376.293	(406.694)	(350.514)	(3.736)	(384.651)	9.156	(393.807)	(109.010)	(435)	(276.076)	9.941	(286.017)
Compensação de imposto	(316.680)	316.680	–	–	–	(9.015)	9.015	–	–	–	(7.558)	7.558
Imposto líquido ativo (passivo)	**59.613**	**(90.014)**	–	–	–	**141**	**(384.792)**	**–**	**–**	**–**	**2.383**	**(278.459)**

O Grupo compensou os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos se, e somente se: a entidade tinha o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes; e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável. ***(iii) Estimativa de realização:*** Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o tributário, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração que prováveis lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que possa utilizar seus benefícios. A Administração estima a provável existência de lucros tributáveis futuros para a compensação do seu ativo fiscal diferido. **d. Impostos diferidos não reconhecidos:** ***Passivos fiscais diferidos não reconhecidos:*** Em 31 de dezembro de 2016 não havia passivo fiscal diferido não reconhecido, o passivo fiscal diferido do Grupo está constituído na sua totalidade de acordo com as normas contábeis vigentes. ***Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:*** Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens, pois não é provável que lucros

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
HTTP://WWW.KLOOKS.COM.BR/

continuação **Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brasil Kirin Holding S.A.** (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios. No caso de reconhecimento deste ativo fiscal diferido, o benefício gerado seria de R$ 2.068.603 de IRPJ e R$ 734.716 de CSLL em 2016 e R$ 2.092.096 de IRPJ e R$ 743.175 de CSLL em 2015:

	Controladora				Consolidado			
	2016		2015		2016		2015	
	Prejuízo Fiscal	Base de Cálculo CSLL	Prejuízo Fiscal	Base de Cálculo CSLL	Prejuízo Fiscal	Base de Cálculo CSLL	Prejuízo Fiscal	Base de Cálculo CSLL
Ágio fiscal	–	–	–	–	2.504.555	2.504.555	3.130.694	3.130.694
Diferenças temporárias dedutíveis	23	23	47.881	47.881	1.247.980	1.247.980	1.137.055	1.137.055
Base de cálculo negativa de CSLL acumulados	–	5.924	–	4.159	–	4.410.971	–	3.989.749
Prejuízos fiscais acumulados	5.924	–	4.159	–	4.521.878	–	4.100.634	–
Total base (sem prazo de vencimento)	**5.947**	**5.947**	**52.040**	**52.040**	**8.274.413**	**8.163.506**	**8.368.383**	**8.257.498**
Ativo fiscal diferido - não reconhecido	**1.487**	**535**	**13.010**	**4.684**	**2.068.604**	**734.716**	**2.092.096**	**743.175**

13. Saldos e transações com partes relacionadas: a. Controladora final: A controladora final do Grupo é a Kirin Holdings Company, Limited. **b. Saldos com partes relacionadas:** Os saldos com partes relacionadas estão assim demonstrados nos saldos consolidados:

Empréstimos - nota 20 - (i)	**2016**	**2015**
Mútuo - Kirin Holdings CO	1.050.880	649.539
Total empréstimos	**1.050.880**	**649.539**
Fornecedores - nota 18 - (ii)	**2016**	**2015**
Fornecedores	781	802
Total fornecedores	**781**	**802**

(i) Mútuo acima captado pela controlada Brasil Kirin Indústria de Bebidas Ltda. com a parte relacionada Kirin Holdings CO. As taxas de juros estão divulgadas na nota explicativa 20. **(ii)** O saldo de R$ 781 de "Fornecedores - partes relacionadas" refere-se a transações com a Azuma Kirin Indústria e Comércio de Bebidas e Alimentos Ltda. no montante de R$ 242; Kirin Holdings Company, Ltd. no montante de R$ 535 e R$ 4 Kirin CO Ltd. pertencentes ao mesmo grupo econômico da Kirin Holding Japão. **c. Transações com partes relacionadas:** As principais transações entre partes relacionadas que afetaram o resultado são: • R$ 192 (R$ 191 em 2015) referente compras de materiais e de imobilizado com a parte relacionada Azuma; **d. Transações com partes relacionadas - Eliminadas:** As principais transações que são eliminadas entre partes relacionadas que afetaram o resultado são:

	2016					
Transações	**Brasil Kirin Indústria de Bebidas Ltda.**	**Brasil Kirin Bebidas Ltda.**	**Indústria de Bebidas Igarassu Ltda.**	**Brasil Kirin Logística e Distribuição Ltda.**	**Outros**	**Total**
Vendas						
Vendas de materiais	567.384	245.943	1.353	1.684.793	10.325	2.509.798
Vendas de ativo imobilizado	21.049	15.993	6	11.816	1.828	50.692
	588.433	**261.936**	**1.359**	**1.696.609**	**12.153**	**2.560.490**
Compras						
Compras de materiais	1.711.484	179.081	184.790	364.897	69.546	2.509.798
Compras de ativo imobilizado	20.144	14.145	–	14.292	2.111	50.692
	1.731.628	**193.226**	**184.790**	**379.189**	**71.657**	**2.560.490**
Despesas						
Comerciais	3.894	6.461	176.244	109	1.212	187.920
	3.894	**6.461**	**176.244**	**109**	**1.212**	**187.920**
Receitas						
Comerciais	183.502	699	140	3.525	54	187.920
	183.502	**699**	**140**	**3.525**	**54**	**187.920**

	2015					
Transações	**Brasil Kirin Indústria de Bebidas Ltda.**	**Brasil Kirin Bebidas Ltda.**	**Indústria de Bebidas Igarassu Ltda.**	**Brasil Kirin Logística e Distribuição Ltda.**	**Outros**	**Total**
Vendas						
Vendas de materiais	409.420	201.339	3.477	1.663.333	4.027	2.281.596
Vendas de ativo imobilizado	4.972	5.707	1.483	17.927	23	30.112
	414.392	**207.046**	**4.960**	**1.681.260**	**4.050**	**2.311.708**
Compras						
Compras de materiais	1.419.621	415.376	117.893	297.865	30.841	2.281.596
Compras de ativo imobilizado	19.974	4.525	–	5.483	130	30.112
	1.439.595	**419.901**	**117.893**	**303.348**	**30.971**	**2.311.708**
Despesas						
Comerciais	2.615	1.892	79.609	–	8	84.124
	2.615	**1.892**	**79.609**	**–**	**8**	**84.124**
Receitas						
Comerciais	81.083	1.440	601	861	139	84.124
	81.083	**1.440**	**601**	**861**	**139**	**84.124**

As transações entre partes relacionadas foram feitas em condições determinadas pela Administração do Grupo Brasil Kirin, que substancialmente consideram o custo como base mais margem de lucro que varia de acordo com a natureza e condição do produto. Os saldos a receber e a pagar resultantes dessas operações não têm prazo de vencimento, razão pela qual estão apresentados como não circulante. As transações entre partes relacionadas, são eliminadas para fins de consolidação. Essas transações são representadas substancialmente pela venda de concentrados para as demais unidades, compra de produtos acabados de outras unidades para revenda e eventualmente compras/vendas de ativos imobilizados e materiais de acondicionamento e transporte. Os principais saldos de ativos e de passivos eliminados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações entre controladas conforme quadro abaixo:

	Brasil Kirin Indústria de Bebidas Ltda.	**Brasil Kirin Bebidas Ltda.**	**Indústria de Bebidas Igarassu Ltda.**	**Brasil Kirin Logística e Distribuição Ltda.**	**Outros**	**Total**
Ativo circulante - Clientes						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13	–	–	–	–	**13**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**15**	–	–	–	–	**15**
Ativo não circulante - Clientes						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	74.268	242.399	25.745	73.188	5.338	**420.938**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**364.430**	**145.055**	**56.543**	**32.580**	**4.978**	**603.586**
Passivo circulante - Fornecedores						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	177	103	–	–	535	**815**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**181**	**–**	**–**	**80**	**535**	**796**
Passivo não circulante - Fornecedores						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	69.578	63.030	153.146	86.431	48.753	**420.938**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**92.395**	**208.670**	**91.161**	**151.465**	**59.895**	**603.586**

e. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração do pessoal-chave da Administração das empresas do Grupo Brasil Kirin, que inclui os conselheiros internos, diretores e os membros do Comitê Executivo, podem ser assim sumarizados:

	Consolidado	
	2016	**2015**
Remuneração fixa (i)	5.818	8.265
Remuneração variável (ii)	1.428	2.105
	7.246	**10.370**

(i) Salários e honorários. (ii) Participação nos resultados e incentivos de longo prazo.

14. Depósitos judiciais:

	Consolidado	
	2016	**2015**
Tributários	331.209	35.985
Trabalhistas e previdenciários	199.805	185.763
Cíveis	2.046	2.830
	533.060	**224.578**

O aumento apresentado em depósitos judiciais tributários é impacto da reversão do processo de IPI descrito na nota explicativa 22 (c).

15. Investimentos:

a. Informações sobre investimentos:

Participações diretas:	**Ações possuídas pela Companhia**	**Participação no capital social integralizado %**	**Patrimônio líquido**	**(Prejuízo) lucro líquido**
Em 31 de dezembro de 2016				
Brasil Kirin Participações e Representações Ltda.	401.863	99,9999%	163.214	(38.336)
Brasil Kirin Indústria de Bebidas Ltda.	2.065.741	99,9999%	1.381.638	263.345

	Ações possuídas pela Companhia	**Participação no capital social integralizado %**	**Patrimônio líquido**	**Prejuízo líquido**
Em 31 de dezembro de 2015				
Brasil Kirin Participações e Representações Ltda.	401.863	99,9999%	201.550	(175.046)
Brasil Kirin Indústria de Bebidas Ltda.	2.065.741	99,9999%	1.152.984	(770.496)

Participações indiretas:	**Participação indireta da Companhia no capital %**	
	2016	**2015**
Brasil Kirin Bebidas Ltda.	100,00%	100,00%
Brasil Kirin Logística e Distribuição Ltda.	100,00%	100,00%
Indústria de Bebidas Igarassu Ltda.	100,00%	100,00%
Sonar Serviços e Franquias Ltda.	100,00%	100,00%
Cervejaria Sudbrack Ltda.	100,00%	100,00%
Cervejaria Baden Baden Ltda.	100,00%	100,00%
Brasil Kirin Maltes Especiais Ltda.	100,00%	100,00%
Brasil Kirin Comercializadora de Energia Ltda.	100,00%	100,00%
Cataventos Acaraú - Geração de Energia Renováveis S.A.	100,00%	100,00%

b. Movimentação dos investimentos:

	Brasil Kirin Indústria de Bebidas	**Brasil Kirin Participações**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2015	**1.918.268**	**376.553**	**2.294.821**
Participações no resultado de sociedades	(770.496)	(175.046)	(945.542)
Participações no PL de sociedades controladas	5.212	43	5.255
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.152.984**	**201.550**	**1.354.534**
Participações no resultado de sociedades	263.345	(38.336)	225.009
Participações no PL de sociedades controladas	(34.691)	–	(34.691)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.381.638**	**163.214**	**1.544.852**

c. Outras informações: Em 1º de outubro de 2016 a empresa Brasil Kirin Bebidas Ltda. realizou aporte de capital na empresa Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda., com determinados ativos e passivos integrantes do seu patrimônio no montante de R$ 80, registrados nos livros contábeis. Na mesma data a empresa Brasil Kirin Indústria de Bebidas Ltda. realizou aporte de capital na empresa Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda.; no montante de R$ 11.235 mediante contribuição de ativos. Abaixo o quadro demonstrativo do acervo líquido aportados na empresa Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda.:

Ativo		**Passivo**	
Circulante		**Circulante**	
Estoques	37.400	Empréstimos e financiamentos	45.916
Total do ativo circulante	**37.400**	**Total do passivo circulante**	**45.916**
Não circulante		**Não circulante**	
Contas a receber com partes relacionadas	39.608	Empréstimos e financiamentos	257.092
Realizável a longo prazo	**39.608**	**Total do passivo não circulante**	**257.092**
Imobilizado	237.279		
Intangível	36	**Total do passivo**	**303.008**
	237.315	**Patrimônio líquido**	
		Capital social	11.315
Total do realizável a longo prazo	**276.923**	**Total do patrimônio líquido**	**11.315**
Total do ativo	**314.323**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**314.323**

O acervo líquido remanescente na empresa Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda. foi alienado em 1º de dezembro de 2016 mediante a venda da empresa por R$ 478.621, deixando assim de fazer parte do Grupo econômico da Brasil Kirin. A alienação teve a distribuição nos seguintes percentuais: Brasil Kirin Indústria de Bebidas 99,3% Brasil Kirin Bebidas Ltda 0,7%. Abaixo o quadro demonstrativo do acervo líquido alienado da empresa Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda.:

Ativo		**Passivo**	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	48.399	Empréstimos e financiamentos	50.517
Estoques	12.422	Outras contas a pagar	2.671
Total do ativo circulante	**60.821**	**Total do passivo circulante**	**53.188**
		Não circulante	
		Empréstimos e financiamentos	248.396
Não circulante		**Total do passivo não circulante**	**248.396**
Imobilizado	233.592	**Total do passivo**	**301.584**
Intangível	31	Capital social	11.415
	233.623	Resultado do período	(18.555)
		Total do patrimônio líquido	**(7.140)**
Total do ativo	**294.444**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**294.444**

16. Imobilizado: a. Movimentação do ativo imobilizado:

	Terrenos	**Edifícios**	**Máquinas e equipamentos**	**Material de acondicionamento e transporte**	**Outros**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**213.425**	**803.392**	**1.124.033**	**415.228**	**281.384**	**390.658**	**3.228.120**
Aquisição	1.375	283	6.668	63.285	84.866	257.229	413.706
Alienação	(1.035)	(1.592)	(39.639)	(47.430)	(14.120)	(841)	(104.657)
Transferências	(2.442)	78.875	244.090	303	14.556	(338.903)	(3.521)
Depreciação	–	(24.696)	(142.785)	–	(79.975)	–	(247.456)
Provisões perdas ativos e outras	–	–	–	–	(36.788)	–	(36.788)
Adiantamento fornecedores	–	–	–	–	–	(89.592)	(89.592)
Spare parts	–	–	1.328	–	–	–	1.328
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**211.323**	**856.262**	**1.193.695**	**431.386**	**249.923**	**218.551**	**3.161.140**
Custo total	211.323	980.494	1.986.605	431.552	598.171	218.551	4.426.696
Depreciação acumulada	–	(124.232)	(792.910)	(166)	(348.248)	–	(1.265.556)
Valor residual	211.323	856.262	1.193.695	431.386	249.923	218.551	3.161.140
Taxas anuais de depreciação %	0%	2%	7%	0%	13%	0%	

	Terrenos	**Edifícios**	**Máquinas e equipamentos**	**Material de acondicionamento e transporte**	**Outros**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2016	**211.323**	**856.262**	**1.193.695**	**431.386**	**249.923**	**218.551**	**3.161.140**
Aquisição	1.072	13.220	1.152	52.816	87.623	31.496	187.379
Alienação	(752)	(93.264)	(136.660)	(67.110)	(46.144)	(442)	(344.372)
Transferências	–	61.356	53.015	–	30.596	(149.840)	(4.873)
Depreciação	–	(23.083)	(101.287)	–	(83.688)	–	(208.058)
Reversão provisão perdas ativos e outras	–	–	–	–	14.923	43	14.966
Adiantamento fornecedores	–	–	–	–	–	37.650	37.650
Spare parts	–	–	858	–	–	–	858
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**211.643**	**814.491**	**1.010.773**	**417.092**	**253.233**	**137.458**	**2.844.690**
Custo total	211.643	945.585	1.766.242	417.258	623.872	137.458	4.102.058
Depreciação acumulada	–	(131.094)	(755.469)	(166)	(370.639)	–	(1.257.368)
Valor residual	211.643	814.491	1.010.773	417.092	253.233	137.458	2.844.690
Taxas anuais de depreciação %	0%	2%	6%	0%	14%	0%	

b. Movimentação do custo do imobilizado:

	Terrenos	**Edifícios**	**Máquinas e equipamentos**	**Material de acondicionamento e transporte**	**Outros**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**213.425**	**903.571**	**1.804.265**	**415.390**	**582.435**	**390.658**	**4.309.744**
Aquisição	1.375	284	6.668	63.285	84.865	257.229	413.706
Alienação	(1.035)	(2.506)	(69.689)	(47.430)	(41.873)	(841)	(163.374)
Transferências	(2.442)	79.145	244.033	307	9.532	(338.903)	(8.328)
Provisões	–	–	–	–	(36.788)	–	(36.788)
Adiantamento fornecedores	–	–	–	–	–	(89.592)	(89.592)
Spare parts	–	–	1.328	–	–	–	1.328
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**211.323**	**980.494**	**1.986.605**	**431.552**	**598.171**	**218.551**	**4.426.696**

	Terrenos	**Edifícios**	**Máquinas e equipamentos**	**Material de acondicionamento e transporte**	**Outros**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2016	**211.323**	**980.494**	**1.986.605**	**431.552**	**598.171**	**218.551**	**4.426.696**
Aquisição	1.072	13.220	1.152	52.816	87.623	31.496	187.379
Alienação (i)	(752)	(109.373)	(275.372)	(67.110)	(108.696)	(442)	(561.745)
Transferências	–	61.244	52.999	–	31.851	(149.840)	(3.746)
Reversão de provisão	–	–	–	–	14.923	43	14.966
Adiantamento fornecedores	–	–	–	–	–	37.650	37.650
Spare parts	–	–	858	–	–	–	858
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**211.643**	**945.585**	**1.766.242**	**417.258**	**623.872**	**137.458**	**4.102.058**

(i) O montante inclui a alienação da fábrica de Cachoeiras de Macacu - RJ, Nota 15c.

c. Movimentação da depreciação acumulada:

	Terrenos	**Edifícios**	**Máquinas e equipamentos**	**Material de acondicionamento e transporte**	**Outros**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**–**	**(100.180)**	**(680.232)**	**(162)**	**(301.050)**	**–**	**(1.081.624)**
Alienação	–	914	30.050	–	27.753	–	58.717
Transferências	–	(270)	57	(4)	5.024	–	4.807
Depreciação	–	(24.696)	(142.785)	–	(79.975)	–	(247.456)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**–**	**(124.232)**	**(792.910)**	**(166)**	**(348.248)**	**–**	**(1.265.556)**

	Terrenos	**Edifícios**	**Máquinas e equipamentos**	**Material de acondicionamento e transporte**	**Outros**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2016	**–**	**(124.232)**	**(792.910)**	**(166)**	**(348.248)**	**–**	**(1.265.556)**
Alienação (i)	–	16.109	138.712	–	62.552	–	217.373
Transferências	–	112	16	–	(1.255)	–	(1.127)
Depreciação	–	(23.083)	(101.287)	–	(83.688)	–	(208.058)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**–**	**(131.094)**	**(755.469)**	**(166)**	**(370.639)**	**–**	**(1.257.368)**

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo — documento assinado digitalmente

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brasil Kirin Holding S.A. (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) O montante inclui a alienação da fabrica de Cachoeiras de Macacu - RJ, Nota 15c. **d. Bens dados em garantia:** Em razão de empréstimos e financiamentos bancários/incentivo fiscal assumidos pelo Grupo e suas controladas, em 31 de dezembro de 2016, existem bens móveis e imóveis no montante R$ 1.290.410 (R$ 1.640.670 em 2015), que foram conferidos como garantias de empréstimos e financiamentos bancários/incentivo fiscal. Tal restrição não está impactando o uso desses bens e as operações do Grupo. **e. Teste de recuperabilidade dos ativos:** No exercício de 2016 a Administração efetuou testes de recuperabilidade dos ativos do Grupo. Após agrupar seus ativos em unidades geradoras de caixa, tais testes foram executados por meio de projeções de fluxo de caixa descontado, levando-se em consideração a perpetuidade do negócio e renovações de contratos. Para as projeções de fluxos de caixa descontado foram adotadas as seguintes premissas: • A taxa de desconto utilizada foi de 6,08% a.a. Esta taxa representa o custo de capital por meio da média dos custos de captação ponderados pela participação de cada fonte de fundos na estrutura de capital a longo prazo. • O ano-base utilizado no modelo de projeção foi baseado na melhor estimativa da Administração com relação ao fluxo de caixa do ano corrente. • Para a projeção foi utilizado o ano-base com a análise de crescimento de mercado efetuada por empresas especializadas utilizando premissas externas e internas, como a participação de mercado, receitas, custos fixos e variáveis, volumes entre outras. • A metodologia adotada está de acordo com os requisitos estabelecidos no Pronunciamento CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e a Administração entende que seus julgamentos, premissas e estimativas são apropriados. • Para a realização das projeções foi considerada a capacidade produtiva atual das UGCs. A comparação do valor contábil dos ativos com o seu valor em uso, indicou suficiência de geração de caixa para suportar os ativos registrados e, portanto, foi concluído que não há a necessidade de qualquer ajuste em relação ao seu valor de recuperação. **f. Outras informações:** A depreciação do imobilizado do exercício de 2016 alocada ao custo dos produtos vendidos totaliza R$124.912 (R$ 172.209 em 2015) e às despesas, R$ 83.146 (R$ 75.247 em 2015).

17. Intangível:

a. Movimentação do intangível:

	Desenvolvimento de novos produtos	Marcas e patentes	*Softwares*/ licenças	Ágio	Outros intangíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**1.531**	**16.915**	**17.001**	**97.412**	**1.827**	**134.686**
Aquisição	3.764	–	4.135	3.664	212.305	223.868
Alienação	(2.167)	–	–	(3.664)	–	(5.831)
Transferências	1.786	–	1.419	–	–	3.205
Amortização	(62)	–	(5.704)	–	(18.511)	(24.277)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**4.852**	**16.915**	**16.851**	**97.412**	**195.621**	**331.651**
Custo total	4.980	16.922	86.934	97.412	214.454	420.702
Amortização acumulada	(128)	(7)	(70.083)	–	(18.833)	(89.051)
Valor residual	4.852	16.915	16.851	97.412	195.621	331.651
Taxas anuais de amortização - %	1%	–	7%	–	9%	

	Desenvolvimento de novos produtos	Marcas e patentes	*Softwares*/ licenças	Ágio	Outros intangíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	**4.852**	**16.915**	**16.851**	**97.412**	**195.621**	**331.651**
Aquisição	–	–	5.648	–	3.290	8.938
Alienação	–	–	(36)	(1.635)	(2.149)	(3.820)
Transferências	–	–	4.551	–	322	4.873
Amortização	(62)	–	(6.480)	–	(30.244)	(36.786)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**4.790**	**16.915**	**20.534**	**95.777**	**166.840**	**304.856**
Custo total	4.980	16.922	96.738	95.777	215.917	430.334
Amortização acumulada	(190)	(7)	(76.204)	–	(49.077)	(125.478)
Valor residual	4.790	16.915	20.534	95.777	166.840	304.856
Taxas anuais de amortização - %	1%	–	7%	–	14%	

b. Movimentação do custo do intangível:

	Desenvolvimento de novos produtos	Marcas e patentes	*Softwares*/ licenças	Ágio	Outros intangíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**1.597**	**16.922**	**81.380**	**97.412**	**2.149**	**199.460**
Aquisição	3.764	–	4.135	3.664	212.305	223.868
Alienação	(2.167)	–	–	(3.664)	–	(5.831)
Transferências	1.786	–	1.419	–	–	3.205
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**4.980**	**16.922**	**86.934**	**97.412**	**214.454**	**420.702**

	Desenvolvimento de novos produtos	Marcas e patentes	*Softwares*/ licenças	Ágio	Outros intangíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	**4.980**	**16.922**	**86.934**	**97.412**	**214.454**	**420.702**
Aquisição	–	–	5.648	–	3.290	8.938
Alienação	–	–	(395)	(1.635)	(2.149)	(4.179)
Transferências	–	–	4.551	–	322	4.873
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**4.980**	**16.922**	**96.738**	**95.777**	**215.917**	**430.334**

c. Movimentação da amortização acumulada:

	Desenvolvimento de novos produtos	Marcas e patentes	*Softwares*/ licenças	Ágio	Outros intangíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**(66)**	**(7)**	**(64.379)**	**–**	**(322)**	**(64.774)**
Amortização	(62)	–	(5.704)	–	(18.511)	(24.277)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(128)**	**(7)**	**(70.083)**	**–**	**(18.833)**	**(89.051)**

	Desenvolvimento de novos produtos	Marcas e patentes	*Softwares*/ licenças	Ágio	Outros intangíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	**(128)**	**(7)**	**(70.083)**	**–**	**(18.833)**	**(89.051)**
Alienação	–	–	359	–	–	359
Amortização	(62)	–	(6.480)	–	(30.244)	(36.786)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(190)**	**(7)**	**(76.204)**	**–**	**(49.077)**	**(125.478)**

d. Outras informações relevantes sobre os intangíveis: Os principais ágios existentes no Grupo referem-se às aquisições listadas abaixo. Os mesmos foram baseados em expectativa de rentabilidade futura, conforme previsto na OCPC 02, a partir de 1º de janeiro de 2009 deixaram de ser amortizados e sua recuperabilidade passou a ser testada periodicamente conforme determinado no CPC 01: • R$ 34.132 refere-se à compra da Cervejaria Sudbrack, em abril de 2008, a qual é detentora da marca Eisenbahn. • R$ 27.618 refere-se à compra da empresa Indústria de Bebidas Igarassu Ltda. • R$ 31.608 refere-se à compra da Cervejaria Baden Baden, em 2006. Os ágios mencionados acima estão registrados nas controladas do Grupo Brasil Kirin. O montante de R$ 212.305 referente à aquisição de outros intangíveis em 2015 trata-se de direito de distribuição.

18. Fornecedores:

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Nacionais	–	–	382.540	377.893
No exterior	–	–	48.364	106.224
Fornecedores partes relacionadas (i)	9.983	9.290	781	802
Ajuste a valor presente de contas a pagar	–	–	(1.829)	(4.668)
	9.983	**9.290**	**429.856**	**480.251**
Circulante	–	–	419.693	453.697
Não Circulante	9.983	9.290	10.163	26.554

(i) O saldo de R$ 781 (R$ 802 em 2015) de "Fornecedores - partes relacionadas" refere-se a transações com a Azuma Kirin Indústria e Comércio de Bebidas e Alimentos Ltda. no montante de R$ 242 (R$ 267 em 2015), Kirin Holdings Company, Ltd. no montante de R$ 535 (R$ 535 em 2015) e Kirin CO Ltd. no montante de R$ 4, pertencentes ao mesmo grupo econômico da Kirin Holding Japão. A informação sobre a exposição do Grupo para os riscos de moeda relacionados a fornecedores no exterior encontram-se divulgados na nota explicativa 23 (c). **19. Operações de risco sacado:** O Grupo manteve contrato com o Banco Itaú BBA S.A. dando continuidade as operações com seus fornecedores denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas ao Grupo para o Banco, que, por sua vez, passará a ser credor da operação. Em 2016 o Grupo encerrou o ano com o saldo de R$ 166.257 (R$ 320.984 em 2015).

20. Empréstimos e financiamentos:

Descrição	Encargos financeiros médios anuais - % a.a.	2016	2015
Moeda nacional			
BNDES	11,63%	235.987	328.529
FINAME	6,04%	242.698	265.408
FNE	7,91%	172.596	158.163
FINEP	12,50%	1.872	–
FUNDOPEM RS (ICMS)	IPCA + 5%/2%	187.532	198.286
DESEMBAHIA	50% TJLP	–	99.165
Financiamento - CODIM	3,00%	–	425.286
Refinanciamento Benevides - ICMS	SELIC	1.293	4.831
ICMS Ceará	100% TJLP	27.708	12.165
Ajuste a valor presente - FUNDOPEM		(14.798)	(10.340)
Ajuste a valor presente - DESEMBAHIA		–	(7.101)
Ajuste a valor presente - CODIM		–	(140.229)
Ajuste a valor presente - ICMS Ceará		(6.087)	(3.381)
Moeda estrangeira			
Kirin Holding CO - nota 13	100,00% LIBORJPY03 + 0,80	1.050.880	649.539
FINIMP	3,49%	68.143	–
Empréstimo 4.131	1,28%	92.264	–
Empréstimo 4.131	1,81%	–	96.884
		2.060.088	**2.077.205**
Circulante		1.418.000	1.033.865
Não circulante		642.088	1.043.340

O ajuste a valor presente mencionado nesta nota é calculado levando em consideração as taxas e prazos subsidiados como determinado nos contratos das controladas que possuem o benefício e retornado com taxas que refletem o mercado e/ou taxas de retorno interno. O Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e não possui cláusulas restritivas de cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos - financiamentos. Os montantes classificados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento, incluindo as correções financeiras futuras e abatendo os rebates futuros sobre os financiamentos de incentivos fiscais:

			Consolidado
Ano	**2016**	**Desconto Rebate**	**2016 - Líquido**
2018	178.109	27.079	151.030
2019	186.420	29.382	157.038
2020	157.319	14.414	142.905
2021	71.683	9.864	61.819
2022	198.149	16.141	182.008
	791.680	96.880	694.800

Linhas de crédito: Em dezembro de 2014, a Indústria de Bebidas Igarassu Ltda., assinou contrato de abertura de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) no montante total de R$ 191.934 para a ampliação de suas instalações. Ocorreram liberações de recursos relativos à empresa Indústria de Bebidas Igarassu Ltda., totalizando até 31 de dezembro de 2016 o montante de R$ 172.304.

21. Impostos e contribuições a recolher:

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	–	–	14.959	9.225
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	–	–	255.790	192.662
Programa de Integração Social - PIS	–	–	7.091	1.715
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	–	–	32.511	7.753
Provisão de impostos sobre estoques obsoletos (ICMS, IPI, PIS e COFINS)	–	–	508	3.320
Outros	8	10	2.738	4.001
	8	**10**	**313.597**	**218.676**
Circulante	8	10	313.597	218.676

22. Provisão para contingências: O Grupo e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, trabalhistas, cíveis e outros em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração do Grupo, suportadas pela opinião de seus consultores legais externos. **a. Composição da provisão para contingências:** Na data das demonstrações financeiras, o Grupo apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

Contingências de naturezas:	Contingências	Depósitos judiciais	2016 Líquido	2015 Líquido
Tributárias (i)	468.846	(352.859)	115.987	117.522
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	187.688	–	187.688	207.010
Cíveis (iii)	11.911	–	11.911	11.931
	668.445	**(352.859)**	**315.586**	**336.463**

b. Movimentação das contingências:

Saldo em 1º de janeiro de 2015	**313.651**
Adições	50.878
Baixas	(81.792)
Atualizações monetárias	53.726
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**336.463**
Adições	22.988
Baixas	(55.723)
Atualizações monetárias	11.858
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**315.586**

c. Natureza das contingências provisionadas:

(i) Tributárias: Os depósitos judiciais decorrem substancialmente de contingências relacionadas a créditos de IPI na aquisição de matérias-primas tributadas à alíquota zero ou não tributadas, os quais foram compensados com tributos devidos e encontram-se integralmente depositados em juízo, além de discussão judicial da majoração da base de cálculo e alíquota referentes ao PIS e a COFINS. As demais provisões para contingências decorrem substancialmente de: (i) diferença de interpretação com o fisco quanto à forma de utilização de benefício fiscal de ICMS e IPI, (ii) provisão para discussões sobre a retenção do ICMS - substituição tributária em operações de venda de produtos em certos Estados, (iii) diferença de interpretação com o Fisco federal e estadual acerca da incidência tributária e a apropriação de créditos tributários, e (iv) diferença de interpretação com o fisco quanto ao cálculo da contribuição previdenciária. No exercício de 2016 ocorreu reversão ao processo que decorre do trânsito em julgado favorável aos interesses da Companhia, através do processo nº 2005.34.00.010643-8, onde se discutia a não incidência de IPI sobre bonificações. O valor estava integralmente depositado e era atualizado pela SELIC, com o trânsito em julgado o valor principal reconhecido no passivo foi revertido contra despesas recuperadas R$ 184.832 (Outras receitas (despesas) operacionais). A atualização monetária foi revertida em receita financeira no montante de R$ 118.319. O montante de R$ 305.266 referente aos depósitos judiciais anteriormente compensados com o passivo nas divulgações, estão alocados na nota 14. A Administração está aguardando a autorização governamental para que seja revertido os montantes em caixa. ***(ii) Trabalhistas e previdenciárias:*** O Grupo e suas controladas estão envolvidas em processos judiciais trabalhistas movidos por ex-empregados, sendo que tais processos são relacionados, principalmente, com pedidos de pagamentos de horas extras, diferenças remuneratórias e indenizações, dentre outros. ***(iii) Ações cíveis:*** Os processos cíveis estão relacionados em sua grande maioria a pedidos de reparação de danos decorrentes de relações contratuais onde se discutem eventuais infrações e aplicação de multas, bem como de consumidores, objetivando indenização por danos morais e materiais. **d. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** O Grupo e suas controladas têm ainda ações de natureza trabalhista, cível e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não foi julgada necessária a constituição de provisão. As ações de natureza trabalhista totalizam R$ 346.972 (R$ 396.957 em 2015), cível R$ 173.398 (R$ 175.072 em 2015) e tributária R$ 1.696.128 (R$ 1.585.890 em 2015). Os antigos acionistas possuem responsabilidade sobre o passivo limitada ao valor de R$ 663.723. As demandas de natureza tributárias envolvem principalmente: (i) discussões relativas à interpretação e aplicação da legislação tributária federal, correspondendo em demandas de IRPJ/CSLL nos montantes de R$ 427.780 (R$ 387.401 em 2015), IPI R$ 137.222 (R$ 127.263 em 2015) e PIS/COFINS R$ 127.421 (R$ 119.251 em 2015); (ii) demandas decorrentes de operações de vendas em determinados Estados, resultando em R$ 839.812 (R$ 807.846 em 2015) referentes ao ICMS/ICMS-ST. **23. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros existentes no ativo do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados. Os existentes no passivo são representados por empréstimos, fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações estatutárias. **a. Classificação contábil e valores justos:** A tabela a seguir demonstra os valores contábeis, que apresentam uma aproximação dos seus valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Consolidado		Valor contábil				Valor justo			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**Nota**	**Designados ao valor justo**	**Empréstimos e recebíveis**	**Outros passivos pelo custo amortizado**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos financeiros									
Contas a receber	8	–	1.143.869	–	1.143.869	–	–	–	–
Demais contas a receber		–	54.352	–	54.352	–	–	–	–
Bancos	7	–	37.691	–	37.691	–	–	–	–
Aplicações financeiras	7	233.480	–	–	233.480	–	233.480	–	233.480
Instrumentos financeiros derivativos		10.904	–	–	10.904	–	10.904	–	10.904
		244.384	**1.235.912**	**–**	**1.480.296**	**–**	**244.384**	**–**	**244.384**
Passivos financeiros									
Empréstimos e financiamentos	20	–	–	2.060.088	2.060.088	–	–	–	–
Fornecedores	18	–	–	596.113	596.113	–	–	–	–
Outras obrigações a pagar		–	–	134.548	134.548	–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos		405.254	–	–	405.254	–	405.254	–	405.254
		405.254	**–**	**2.790.749**	**3.196.003**	**–**	**405.254**	**–**	**405.254**

Consolidado		Valor contábil				Valor justo			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**Nota**	**Designados ao valor justo**	**Empréstimos e recebíveis**	**Outros passivos pelo custo amortizado**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos financeiros									
Contas a receber	8	–	595.758	–	595.758	–	–	–	–
Demais contas a receber		–	61.173	–	61.173	–	–	–	–
Bancos	7	–	28.691	–	28.691	–	–	–	–
Aplicações financeiras	7	205.439	–	–	205.439	–	205.439	–	205.439
Instrumentos financeiros derivativos		56.929	–	–	56.929	–	56.929	–	56.929
		262.368	**685.622**	**–**	**947.990**	**–**	**262.368**	**–**	**262.368**
Passivos financeiros									
Empréstimos e financiamentos	20	–	–	2.077.205	2.077.205	–	–	–	–
Fornecedores	18	–	–	801.235	801.235	–	–	–	–
Outras obrigações a pagar		–	–	269.573	269.573	–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos		16.074	–	–	16.074	–	16.074	–	16.074
		16.074	**–**	**3.148.013**	**3.164.087**	**–**	**16.074**	**–**	**16.074**

b. Mensuração do valor justo: O Grupo Brasil Kirin aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado; (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3); • Os instrumentos financeiros derivativos existentes em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 foram mensurados levando-se em

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
HTTP://WWW.KLOOKS.COM.BR/

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brasil Kirin Holding S.A. (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

consideração o nível 2. Em nenhum ano, as empresas pertencentes ao Grupo realizaram transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros. Aplicações financeiras, apresentadas em caixa e equivalentes de caixa, são registrados pelo valor justo por meio do resultado (nível 2). Os saldos dos empréstimos e recebíveis no ativo e dos outros passivos financeiros, menos a perda (*impairment*), já estão próximos de seus valores justos. Os empréstimos com BNDES, Incentivos Fiscais financiados e controladora Kirin Holding CO, possuem taxas subsidiadas não sendo comparáveis com as taxas de mercado, portanto o valor justo se assemelha ao valor contábil. **c. Gerenciamento dos riscos financeiros:** O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito (conforme (c) (ii)); • Risco de liquidez (conforme (c) (iii)); • Risco de mercado (conforme (c) (iv)). ***(i) Estrutura de gerenciamento de risco:*** A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as empresas do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. O Grupo Brasil Kirin em função do seu ramo de negócio possui exposições mais evidentes em taxas de câmbio de reais para dólares norte-americanos, euros e iene, além de preços das *commodities*, destacando-se alumínio, malte e açúcar. As empresas do Grupo Brasil Kirin contrataram ao longo de 2016, operações de derivativos de taxa de câmbio em dólares norte-americanos, euros, ienes e *commodities* para fixar um percentual de seu custo de produção. O Grupo Brasil Kirin não se utiliza de derivativos para fins especulativos. ***(ii) Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. *Contas a receber e outros recebíveis:* A exposição do Grupo a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. O Comitê de Gerenciamento de Risco estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto a sua condição financeira antes de o Grupo apresentar sua proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo Grupo inclui *ratings* externos, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. As vendas que eventualmente excedam esses limites, exigem aprovação do Comitê de Gerenciamento de Risco. O Grupo registra uma provisão para perdas que representa sua estimativa de perdas incorridas referente ao contas a receber conforme nota explicativa 8. A exposição máxima ao risco de crédito para Contas a receber e outros recebíveis por região geográfica foi:

	2016	2015
Clientes nacionais	1.279.671	709.064
Clientes estrangeiros:		
Colômbia	561	–
Estados Unidos	–	319
Suíça	–	42
Outros	–	55
Total	**1.280.232**	**709.480**

O prazo médio de recebimento das contas a receber pode ser assim sumarizado:

	Dias
Revendas próprias	13
Revendas terceiros	14
Autosserviço	36

Perdas por redução ao valor recuperável: A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis no final do período de relatório para os quais foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável está demonstrada na nota explicativa 8, bem como a movimentação da provisão para perdas por redução ao valor recuperável. *Caixa e equivalentes de caixa:* O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com instituições financeiras de primeira linha, instituições do País com *rating* de no mínimo "A" (ou equivalente) em pelo menos uma das três principais agências internacionais classificadoras de risco a saber: *Fitch Atlantic Rating, Moody's Investor* ou *Standard & Poor's*, observando-se os limites de alocação por instituição financeira conforme a Política do Grupo Brasil Kirin. *Derivativos:* Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseados nas agências internacionais classificadoras de risco a saber: *Fitch Atlantic Rating, Moody's Investor* ou *Standard & Poor's*, observando-se os limites de alocação por instituição financeira conforme a Política do Grupo Brasil Kirin. *Garantias:* Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo mantém garantias para certos bancos, que foram conferidos como garantias de empréstimos e financiamentos bancários/incentivo fiscal conforme divulgado na nota explicativa 16.d. ***(iii) Risco de liquidez:*** É o risco de o Grupo Brasil Kirin não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. O Grupo Brasil Kirin acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes, acesso a facilidade de empréstimo e suporte da Matriz é suficiente para financiar o passivo financeiro e o pagamento de dividendos no futuro. *Exposição ao risco de liquidez:* A tabela abaixo analisa os passivos financeiros a serem liquidados pelo Grupo, por faixas de vencimento, não descontados (exceto pelos empréstimos e financiamentos com incentivos fiscais), correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os fluxos de caixa contratuais relacionados a empréstimos e financiamentos com incentivos fiscais consideram os descontos futuros, previstos em seus acordos, que serão obtidos no momento de seus respectivos pagamentos.

Fluxos de caixa contratuais:

		Consolidado			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**Valor Contábil**	**Menos de um ano**	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Acima de cinco anos**
Passivos Financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos com incentivo fiscal	195.649	35.958	50.573	105.794	43.693
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	653.152	188.800	163.614	359.762	181.000
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	1.211.287	1.211.287	–	–	–
Fornecedores	596.113	596.113	–	–	–
	2.656.201	**2.032.158**	**214.187**	**465.556**	**224.693**
(Passivos) Ativos Financeiros derivativos					
Contratos de câmbio a termo *NDF*	(320.570)	(320.570)	–	–	–
Contratos de câmbio a termo *SWAP*	(6.928)	(6.928)	–	–	–
Contratos a termo de *commodities* - Alumínio	6.659	6.659	–	–	–
Contratos a termo de *commodities* - Açúcar	(5.684)	(3.279)	(2.405)	–	–
Contratos de Operações Opções	(67.827)	(43.620)	(24.207)	–	–
	(394.350)	**(367.738)**	**(26.612)**	**–**	**–**

		Consolidado			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**Valor Contábil**	**Menos de um ano**	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Acima de cinco anos**
Passivos Financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos com incentivo fiscal	578.683	144.487	100.030	214.984	207.768
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	752.099	162.473	220.455	427.453	226.862
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	746.423	746.423	–	–	–
Fornecedores	801.235	801.235	–	–	–
	2.878.440	**1.854.618**	**320.485**	**642.437**	**434.630**
(Passivos) Ativos Financeiros derivativos					
Contratos de câmbio a termo *NDF*	(51.626)	(51.626)	–	–	–
Contratos de câmbio a termo *SWAP*	1.648	1.648	–	–	–
Contratos a termo de *commodities* - Alumínio	9.123	8.741	382	–	–
	(40.855)	**(41.237)**	**382**	**–**	**–**

(iv) Risco de mercado: O objetivo da utilização de instrumentos financeiros derivativos pelo Grupo é o de proteção de seu fluxo de caixa contra a realização de cenários com preços adversos aos quais as operações estejam indexadas, com horizonte de curto prazo. As operações de derivativos financeiros são realizadas com instituições financeiras de primeira linha, conforme descrito no risco de crédito, sempre se observando os limites e exposições aos riscos de câmbio e de *commodities*. Caso a contraparte seja avaliada por mais de uma das agências classificadoras de risco, prevalecerá sempre o melhor *rating*. As liquidações destas operações financeiras estão associadas aos pagamentos de aquisições de insumos de produção e de liquidações de contratos de empréstimos, havendo, portanto compensação entre os ganhos e perdas dos instrumentos de derivativos de proteção contratados. Essas operações foram realizadas com instituições financeiras de primeira linha, no mercado balcão, portanto, não existem chamadas de margens, pois as operações são amparadas por limite de crédito pré-aprovado pelas instituições financeiras. O impacto no fluxo de caixa do Grupo se dará somente na data da liquidação dos contratos. *Risco com taxa de juros:* Esse risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em aumento de despesas financeiras devido às flutuações nas taxas de juros relativas aos empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra este risco. *Exposição ao risco de taxa de juros:* As variáveis de riscos relevantes para o Grupo são sua exposição à flutuação das taxas de juros, por conta de empréstimos e financiamentos contratados. *Análise de sensibilidade:* Para os empréstimos e financiamentos do Grupo Brasil Kirin que estão sujeitos às oscilações de taxa de mercado, a análise de sensibilidade foi realizada considerando: • Que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2016 seja mantido em 2017 e; • Que os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data-base permaneçam estáveis, partindo da variação média dos índices aos quais os empréstimos estão atrelados, com base em projeções de taxas divulgadas pelo Banco Central do Brasil e BM&F/BOVESPA. O impacto no valor da despesa financeira líquida referente ao risco de empréstimos e financiamentos em Moeda Nacional foi analisado em três cenários: • **Cenário provável** - variação dos índices projetados; • **Cenário possível** - variação dos índices em 25%; • **Cenário remoto** - aumento dos índices em 50%. **Riscos de empréstimos e financiamentos em Moeda Nacional:**

				Consolidado		
				Ganho (perda) no resultado		
Operação	**Risco**	**Moeda**	**Valor exposto em R$**	**Cenário Provável (R$)**	**Cenário Possível Variação em 25%**	**Cenário Remoto Variação em 50%**
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional	Aumento da taxa de juros	Real	653.152	(240.026)	(300.033)	(360.039)
Empréstimos e financiamentos com Incentivo Fiscal	Aumento da taxa de juros	Real	195.649	(40.558)	(50.698)	(60.837)
Total			**848.801**	**(280.584)**	**(350.731)**	**(420.876)**

Risco com taxa de câmbio: Com o objetivo de proteger o fluxo de caixa do Grupo, que está sujeito a volatilidade do câmbio, podem ser utilizados instrumentos financeiros derivativos, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de *NDF* (*Non Deliverable Forward*), contratos de Opções e *SWAPS*. Em 2016, a Companhia optou por utilizar as operações de Opção para proteger a exposição em dólar norte-americano. *Exposição ao risco de câmbio:* O Grupo Brasil Kirin realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, para proteção contra a flutuação do câmbio (dólar norte-americano, euro e iene). As variáveis de riscos relevantes para o Grupo são sua exposição à flutuação de moedas estrangeiras, substancialmente o dólar norte-americano, o euro e o iene. *Análise de sensibilidade:* Quanto à variação cambial, a análise de sensibilidade foi realizada considerando: • Que o cenário de exposição para o valor dos empréstimos, fornecedores e financiamentos em moeda estrangeira sejam mantidos conforme índices divulgados pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2016; • Como os empréstimos, fornecedores e financiamentos em moeda estrangeira têm vencimentos no decorrer de 2017, o Grupo projetou uma taxa média de câmbio conforme os vencimentos, com base nas taxas de mercado disponíveis no site da BM&F/BOVESPA. O impacto no valor da despesa financeira líquida referente ao risco de empréstimos, fornecedores e financiamentos em Moeda Estrangeira foi analisado em três cenários: • **Cenário provável** - variação dos índices projetados; • **Cenário possível** - variação dos índices em 25%; • **Cenário remoto** - valorização dos índices em 50%.

				Consolidado		
				Ganho (perda) no resultado		
Operação	**Risco**	**Moeda**	**Valor exposto moeda origem**	**Cenário Provável (R$)**	**Cenário Possível Variação em 25%**	**Cenário Remoto Variação em 50%**
Financiamento em moeda estrangeira	Valorização do iene	Iene	37.600.000	(34.848)	(306.008)	(577.168)
Financiamento em moeda estrangeira	Valorização do dólar	Dólar	49.073	(9.579)	(51.957)	(94.335)
Fornecedores em moeda estrangeira	Valorização do euro	Euro	8.148	(1.266)	(8.587)	(15.907)
Fornecedores em moeda estrangeira	Valorização do dólar	Dólar	7.493	(1.090)	(7.468)	(13.845)
Total				**(46.783)**	**(374.020)**	**(701.255)**

Para os instrumentos financeiros derivativos mantidos pelo Grupo Brasil Kirin, os fatores de risco são: variação cambial e variação nos preços das *commodities*. A análise de sensibilidade levou em consideração a possibilidade de três cenários de variação do dólar norte-americano, variação do euro, variação do iene e os seus respectivos resultados futuros que seriam gerados. • **Cenário provável** - Cotação do preço de câmbio e das *commodities* no mesmo patamar de fechamento em 31 de dezembro de 2016; • **Cenário possível** - Considerando uma desvalorização de 25% na cotação do câmbio e dos preços das *commodities* do cenário provável; • **Cenário remoto** - Considerando uma desvalorização de 50% na cotação do câmbio e dos preços das *commodities* do cenário provável.

		Consolidado		
		Ganho (perda) no resultado		
Operação	**Risco**	**Cenário Provável (R$)**	**Cenário Possível Variação em 25%**	**Cenário Remoto Variação em 50%**
Contrato a termos de moeda dólar	Depreciação do dólar	(19.625)	(58.520)	(96.919)
Contrato a termos de moeda iene	Depreciação do iene	(300.945)	(581.044)	(851.731)
Contrato de *SWAP* de dólar	Depreciação do dólar	(6.928)	(23.058)	(46.116)
Contrato Opções	Depreciação do dólar	72.312	(103.028)	(148.103)
Total		**(255.186)**	**(765.650)**	**(1.142.869)**

Uma desvalorização do Real contra as moedas acima, em 31 de dezembro de 2016, teria o mesmo efeito, porém com resultado oposto sobre as moedas apresentadas acima, considerando que todas as outras variáveis se manteriam constantes. *Risco de preço:* A proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de contratos de *NDF* (*Non Deliverable Forward*) com instituições financeiras de primeira linha. Estas operações são negociadas com referência em preços das *commodities* cotados no mercado futuro. Todas as operações financeiras estão relacionadas à exposição de aquisições futuras de insumos de produção do Grupo, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. O valor justo dos contratos a termo (*NDF*), de câmbio e *commodities* são calculados por método de desconto de fluxo de caixa futuro, os quais são baseados em dados de mercado na data de cada efetivação, especificamente as curvas de juros DI e DDI publicadas pela BM&F, a PTAX publicada pelo Banco Central do Brasil e os preços de futuros da bolsa *London Metal Exchange* (LME). Demonstramos abaixo a análise de sensibilidade que levou em consideração a possibilidade de três cenários de variação de *commodities* e os seus respectivos resultados futuros que seriam gerados: • **Cenário provável** - Cotação do preço das *commodities* no mesmo patamar de fechamento em 31 de dezembro de 2016; • **Cenário possível** - Considerando uma queda de 25% na cotação dos preços das *commodities* do cenário provável; • **Cenário remoto** - Considerando uma queda de 50% na cotação dos preços das *commodities* do cenário provável.

		Consolidado		
		Ganho (perda) no resultado		
Operação	**Risco**	**Cenário Provável (R$)**	**Cenário Possível Variação em 25%**	**Cenário Remoto Variação em 50%**
Contratos a termo de *commodities*	Variação das *commodities*	975	(14.425)	(29.098)
Total		**975**	**(14.425)**	**(29.098)**

(v) Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo como um todo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A gestão de capital não é administrada considerando suas entidades legais isoladamente. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. ***(vi) Contabilidade de hedge:*** *Hedge de fluxo de caixa envolvendo as importações do Grupo:* O Grupo adota uma estrutura de *hedge accounting* de fluxo de caixa que consiste na cobertura de uma transação prevista, altamente provável, de: • Exposição em moeda estrangeira (dólar norte-americano - USD; euro - EUR); • Empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano - USD; iene - JPY); • *Commodities* (alumínio e açúcar); • Estas operações têm o risco cambial de flutuação das taxas de câmbio USD/EUR/JPY versus BRL e o risco da variação dos preços das *commodities*. Para se proteger destes riscos são utilizados instrumentos de cobertura, instrumentos financeiros derivativos como *NDF* (*Non-Deliverable Forward*) e *SWAP*, em valores e vencimentos equivalentes as importações e empréstimos. Abaixo está demonstrada a relação de *hedge* designada para *hedge accounting*:

					Instrumento de *Hedge*	
Item coberto	**Data prevista**	***Notional***	**Risco protegido**	**Operação**	**Notional**	**Vencimento**
Exposição USD (*Budget*)	dezembro/16 a junho/17	154.000	Variação Cambial	*NDF*	46.390	janeiro/17 a julho/17
Empréstimo JPY	janeiro/17 a agosto/17	37.600.000	Variação Cambial	*NDF*	37.600.000	janeiro/17 a agosto/17
Empréstimo USD	março/17	28.300	Variação Cambial	*SWAP*	28.300	março/17
Exposição USD (*Budget*)	fevereiro/17 a maio/18	371.400	Variação Cambial	Opções	56.550	março/17 a maio/18
Item coberto	**Data prevista**	**ton**	**Risco protegido**	**Operação**	**ton**	**Vencimento**
Exposição alumínio (*Budget*)	dezembro/16 a maio/17	18	Variação *Commodity*	*NDF*	13	janeiro/17 a junho/17
Exposição açúcar (*Budget*)	dezembro/16 a maio/19	197	Variação *Commodity*	*NDF*	92	janeiro/17 a junho/19

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, e não liquidada, bem como a variação cambial dos instrumentos de *hedge* não derivativos é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial". Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual os instrumentos de *hedge* foram designados. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos em outros resultados abrangentes são transferidos para o resultado. Abaixo estão demonstrados os ganhos e perdas realizados e não realizados em 31 de dezembro de 2016, reconhecidos no resultado operacional e em outros resultados abrangentes, respectivamente, de instrumentos financeiros designados como instrumento de *hedge*.

	Consolidado 2016	
	Realizado	**Não realizado**
NDF	(5.717)	293.056
NDF Commodities	–	(975)
SWAP	–	6.040
OPÇÕES	–	11.277
Exposição líquida	**(5.717)**	**309.398**

24. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2016 o capital social está dividido em 185.278.687 mil ações ordinárias nominativas sem valor nominal, conforme composição acionária demonstrada abaixo:

	R$	Quotas
Kirin Holdings Company, Limited	5.521.375.087,17	185.278.687.489
Shinro Fujita	0,03	1
	5.521.375.087,20	**185.278.687.490**

b. Ajustes de avaliação patrimonial: Ajustes de avaliação patrimonial incluem a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos/passivos a que elas se referem. **c. Destinação do resultado:** Segundo o Estatuto Social, o lucro apurado no exercício que remanescer após as destinações legais permanecerá à disposição da assembleia geral que decidirá o destino a ser dado. Em 31 de dezembro de 2016, o lucro do exercício da Controladora de R$ 271.103 (prejuízo de R$ 998.458 em 2015) ficou acumulado na conta de prejuízos acumulados, cujo saldo da

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo — documento assinado digitalmente

continuação **Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brasil Kirin Holding S.A.** (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora em 31 de dezembro de 2016 era de R$ 3.958.154 (2015 R$ 4.229.220), em conformidade com o parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404/76. Até 31 de dezembro de 2016, o montante de incentivos fiscais que foi utilizado em empresas controladas para absorção de prejuízos acumulados e que deverão ser restaurados como Reserva de lucros quando houver lucro disponível é de R$ 3.035.539 (2015 - R$ 2.706.398).

25. Receita operacional líquida:

	2016	2015
Vendas brutas de produtos e serviços	7.309.498	6.690.233
Impostos sobre vendas	(3.396.444)	(2.847.706)
Devoluções, descontos e abatimentos	(206.935)	(329.632)
	3.706.119	**3.512.895**

26. Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Matérias-primas e materiais	–	–	(1.871.084)	(1.598.178)
Despesas de benefícios a empregados	(365)	(481)	(826.235)	(762.059)
Custos de publicidade	–	–	(512.225)	(648.897)
Outras despesas	(145)	(147)	(320.450)	(360.734)
Encargos de depreciação e amortização	–	–	(290.528)	(270.766)
Serviços de terceiros	(661)	(974)	(226.499)	(244.213)
Fretes	–	–	(172.859)	(139.071)
Energia elétrica e combustíveis	–	–	(124.107)	(147.707)
Despesas com arrendamento e aluguéis	–	–	(34.894)	(44.099)
Passagens e estadias	(135)	(182)	(14.450)	(18.761)
Seguros	(99)	(60)	(2.742)	(4.016)
	(1.405)	(1.844)	(4.396.073)	(4.238.501)
Custos dos produtos vendidos	–	–	(2.529.203)	(2.270.387)
Despesas com vendas	–	–	(1.454.325)	(1.576.332)
Despesas administrativas	(1.405)	(1.844)	(412.545)	(391.782)
	(1.405)	**(1.844)**	**(4.396.073)**	**(4.238.501)**

27. Arrendamentos mercantis operacionais: O Grupo arrenda uma série de armazéns, máquinas e equipamentos e veículos sob arrendamentos operacionais. Esses arrendamentos normalmente duram cinco anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais, que são baseados em alterações do índice de preços local. Para certos arrendamentos operacionais, o Grupo é impedido de entrar em qualquer contrato de sublocação. As operações de arrendamento operacional referentes a arrendamentos de armazéns, máquinas e equipamentos e veículos, estão incluídas nas demonstrações de resultados do Grupo totalizando o montante de R$ 38.727 (R$ 48.638 em 2015).

a. Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil:

	Consolidado 2016
Menos de um ano	22.643
Entre um e cinco anos	30.717
Mais de cinco anos	6.794
	60.154

28. Outras receitas (despesas) operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Outras despesas				
Custo de alienação de imobilizado	–	–	(119.512)	(108.137)
Custo na alienação de sucata	–	–	(1.159)	(1.014)
Reversão (Provisão) para perdas de imobilizado	–	–	16.342	(24.750)
Resultados não realizados	–	–	(6.729)	(1.975)
Perdas diversas	–	–	(22.817)	(33.404)
Indenizações processuais	–	–	(47.514)	(30.234)
Ajuste a valor presente de impostos sobre ativo	–	–	(2.919)	(3.037)
Despesa adesão parcelamento Lei 11.941	–	–	–	(1.013)
Serviços de terceiros	47.600	(50.157)	6.800	(63.894)
Custas processuais	–	–	(7.635)	(5.637)
Custo na alienação de investimentos	–	–	5.505	(3.664)
Custo sobre vendas diversas	–	–	(10.406)	(2.543)
Impostos sobre vendas diversas	–	–	(3.340)	(1.912)
Ajustes de inventário de materiais estocáveis	–	–	(17.274)	(4.254)
Outros impostos	–	–	(9.295)	(3.273)
Outras	–	(909)	(4.405)	(3.833)
Total de outras despesas operacionais	**47.600**	**(51.066)**	**(224.358)**	**(292.574)**
Outras receitas				
Ajuste a valor presente incentivos	–	–	5.191	12.608
Receitas na alienação de imobilizado	–	–	85.492	47.461
Receitas na alienação de sucata	–	–	13.479	13.044
Despesas recuperadas (ii)	–	–	236.275	48.640
Vendas diversas (i)	–	–	510.089	20.028
Subvenção para investimento - ICMS	–	–	370.735	428.712
Reversão de provisões para contingências	–	–	29.291	6.816
Reversão de provisões para despesas	–	–	1.927	–
Ajuste a valor presente de impostos sobre ativo	–	–	3.792	4.476
Outras	–	–	10.112	5.742
Total de outras receitas operacionais	**–**	**–**	**1.266.383**	**587.527**
	47.600	**(51.066)**	**1.042.025**	**294.953**

(i) O montante inclui a alienação da fábrica de Cachoeiras de Macacu - RJ, Nota 15c. (ii) O montante inclui a reversão do processo tributário referente IPI sobre bonificação, Nota 22c.

29. Despesas e receitas financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas financeiras				
Juros sobre passivos financeiros	(86)	–	(100.712)	(93.886)
Realização de ajuste a valor presente	–	–	(29.847)	(60.692)
Variações monetárias passivas	(12)	–	(51.380)	(106.242)
Valor justo de instrumentos financeiros	–	–	(360.590)	(26.804)
Ajuste a valor presente de clientes	–	–	(12.059)	(19)
Outras	(69)	(6)	(26.264)	(15.740)
Total de despesas financeiras	**(167)**	**(6)**	**(580.852)**	**(303.383)**
Receitas financeiras				
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	22	–	20.738	18.445
Rendimentos sobre aplicações financeiras	42	–	26.721	17.669
Variações monetárias ativas	–	–	19.282	60.101
Reversão variação monetária - Processo IPI (i)	–	–	118.319	–
Valor justo de instrumentos financeiros	–	–	9.757	194.902
Outras	2	–	888	564
Total de receitas financeiras	**66**	**–**	**195.705**	**291.681**
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**(101)**	**(6)**	**(385.147)**	**(11.702)**

(i) O montante inclui a reversão do processo tributário referente IPI sobre bonificação, Nota 22c.

30. Variações cambiais, líquidas:

	Consolidado 2016	2015
Variações cambiais passivas	(184.652)	(226.659)
Variações cambiais ativas	380.748	21.878
Variações cambiais, líquidas	**196.096**	**(204.781)**

31. Cobertura de Seguros: Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 200.000 para danos materiais patrimoniais, R$ 1.200 para veículos, R$ 300 transporte de carga nacional, R$ 32.591 transporte de carga internacional, R$ 1.164.067 de Seguro Garantia dos quais R$ 830.383 houve utilização (o saldo disponível tem cobertura global a ser utilizado conforme demanda pelas empresas do Grupo), R$ 33.000 para lucros cessantes, R$ 20.000 para responsabilidade civil, R$ 200.000 para responsabilidade civil de administradores e diretores e R$ 1.000 seguro de vida diretoria. **32. Eventos Subsequentes:** Com base no Plano de Negócios de Médio Prazo 2016-2018 do Grupo Kirin, anunciado em 2016, a Brasil Kirin tem se concentrado principalmente na aceleração do crescimento orgânico para melhorar sua rentabilidade. Entretanto, considerando vários riscos associados à economia brasileira e à situação estagnada e competitiva nos mercados de cerveja e refrigerantes no país, a Kirin concluiu que há limitações na transformação da Brasil Kirin em um negócio autossustentável e de alta lucratividade. Dessa forma, a Kirin avaliou que a transferência de todas as ações da Brasil Kirin para a Bavaria, uma empresa do Grupo HEINEKEN, que já opera cervejarias no Brasil, aumentará ainda mais a prosperidade futura da Brasil Kirin. Após a assinatura do acordo de compra e venda datado em 13 de fevereiro de 2017, a Brasil Kirin e a Bavaria solicitaram ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgão antitruste no Brasil, a aprovação da transferência das ações. A transferência das ações deverá ser executada imediatamente após a aprovação do CADE. Até a conclusão do processo no CADE, a operação da Brasil Kirin seguirá normalmente.

Diretoria Executiva

André Leonardo Alves Seabra Salles
Diretor-Presidente
Luiz Collier Matos
Diretor Vice-Presidente Regional Sul
Juliana Mendes Nunes
Diretora Vice-Presidente de Desenvolvimento Humano e Organizacional, Assuntos Corporativos, de Sustentabilidade e Compliance

Shinro Fujita
Diretor Vice-Presidente
Marco Antonio Correia Mendes
Diretor Vice-Presidente Regional Norte

Ronaldo de Andrade Junior
Diretor Vice-Presidente Financeiro
Minás Stylianos Vourodimos
Diretor Vice-Presidente de Marketing e Estratégia Comercial
José Domingos Francischinelli
Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais

Juliana S. Arruda - Contadora - CRC: 1SP196487/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Brasil Kirin Holding S.A.** Itu - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasil Kirin Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Brasil Kirin Holding S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 32 às demonstrações financeiras, que descreve a transferência de todas as ações da Brasil Kirin Holding S.A. para a Bavaria, uma empresa do Grupo Heineken. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2017

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
João Paulo A. Pacheco Neves
Contador CRC 1SP222303/O-4
Catalina Satie Shikibu
Contadora CRC 1SP218752/O-4

AUROLIGHTS EQUIPAMENTOS E PRODUÇÃO DE EVENTOS S.A.

CNPJ nº 13.944.569/0001-57

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais - R$)*

A T I V O	2016	2015	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	2015
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	667	2.241	Fornecedores	698	1.085
Contas a receber de clientes	261	126	Impostos e contribuições a recolher	385	362
Impostos a recuperar	52	55	Adiantamentos de clientes	342	-
Adiantamentos a fornecedores	9	113	Salários, provisões e contribuições sociais	110	181
Custos antecipados	73	28	**Total do passivo circulante**	**1.535**	**1.628**
Outras contas a receber	44	12	**Não circulante**		
Total do ativo circulante	**1.106**	**2.575**	Imposto de renda e contribuição social diferidos	248	437
Não circulante			**Total do passivo não circulante**	**248**	**437**
Realizável a Longo Prazo			**Patrimônio líquido**		
Partes relacionadas	4.056	1.884	Capital social	8.803	8.804
Total do realizável a longo prazo	**4.056**	**1.884**	Reserva de capital	10.183	10.183
Imobilizado	13.485	14.794	Resultados abrangentes	481	841
Intangível	7	5	Prejuízos acumulados	(2.596)	(2.635)
Total do ativo não circulante	**13.492**	**16.683**	**Total do patrimônio líquido**	**16.871**	**17.193**
Total do ativo	**18.654**	**19.258**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**18.654**	**19.258**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCICIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais - R$)*

	2016	2015
Receita líquida	**12.639**	**11.337**
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	**(10.593)**	**(8.766)**
Lucro bruto	**2.046**	**2.571**
Despesas operacionais		
Vendas	(4)	(18)
Gerais e administrativas	(2.576)	(3.455)
Outras despesas não operacionais, líquidas	(38)	(37)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(572)**	**(939)**
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(32)	(14)
Receitas financeiras	106	167
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(498)**	**(786)**
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	**190**	**284**
Prejuízo líquido do período	**(308)**	**(502)**
Prejuízo por ação, básico e diluído - R$	**(0,0350)**	**(0,0570)**

DIRETORIA

José Maurício Lopes da Silva - Contador - CRC 1SP256397/O-0

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo — documento assinado digitalmente